



FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
DIRETORIA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INOVAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL

ANTÔNIO HENRIQUE DA SILVA ARAÚJO

**A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO: A PELEJA DO ENSINO DE
SOCIOLOGIA NOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS DO CURRÍCULO DE
PERNAMBUCO**

Recife
2023

ANTÔNIO HENRIQUE DA SILVA ARAÚJO

**A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO: A PELEJA DO ENSINO DE
SOCIOLOGIA NOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS DO CURRÍCULO DE
PERNAMBUCO**

Trabalho apresentado ao Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Educação, escola e sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana de Fátima P. de Sousa Abranches

Recife

2023

A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO: a peleja do ensino de sociologia nos Itinerários Formativos do currículo de Pernambuco

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO ministrado na Fundação Joaquim Nabuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em: 25/08/2023

BANCA EXAMINADORA

Documentação digitalizada
 ANA DE FÁTIMA FERREIRA DE SOUSA ABRANCHES
Banco de Dados de Referência
Confira quem fez esta avaliação em gov.br

Prof.ª. Dra. Ana de Fátima P. de S. Abranches (Orientadora)
Fundação Joaquim Nabuco

Documentação digitalizada
 TULLIO AUGUSTO VELHO BARRETO DE ARAÚJO
Banco de Dados de Referência
Confira quem fez esta avaliação em gov.br

Prof.ª. Ms. Túlio Velho Barreto (Examinador Interno)
Fundação Joaquim Nabuco

Alzirzi f. Silva

Prof.ª. Dra. Alzirzi Florentina Silva (Examinadora Externa)
Universidade Estadual de Londrina

A toda/e/o/s aquela/e/s que, mesmo em um cenário bastante adverso, seguem firme acreditando no potencial transformador da educação e na relevância da Sociologia como um instrumento de reflexão e transformação social. Em especial aos que ousam edificar esses espaços, e lutam por uma educação libertadora.

Ousar lutar, ousar vencer!

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Antônio de Andrades Araújo (Tonho do Jornal) e Ivonete Maria da Silva Araújo (Dona Nova) pelo incentivo de todos os dias e pelo compartilhamento de seus saberes.

À minha amiga e companheira, Diedja de Andrade Bandeira, pela paciência e companheirismo cotidiano.

Aos meus filhos, Vinícius Henrique da Silva Araújo, Arthur Henrique Bandeira de Araújo e Theo Henrique Bandeira de Araújo e tudo que existe de mais belo no espetáculo dos seus sorrisos e na convivência quando estamos juntos.

À minha irmã, Carla da Silva Araújo e suas filhas, Ana Cecília e Ana Júlia (sobrinhas).

À Prof^a. Dr^a. Ana de Fátima P. de S. Abranches, por aceitar a ideia de orientar o trabalho com a sua atenção, dedicação e compromisso, que soube entender o meu tempo com os prazos da entrega da versão finalizada da dissertação.

Ao Prof^o. Me. Túlio Velho Barreto, por acolher a proposta de participar da banca examinadora.

Ao Prof^o. Dr^a. Ileizi Fiorelli Silva por sua atenção e disponibilidade que foram importantes para a constituição e aprofundamento dos meus conhecimentos na área.

Ao programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO e a Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, o PROFSOCIO é antes de tudo é RESISTÊNCIA! Um programa de pós-graduação com relevantes serviços prestados ao ensino de Ciências Sociais e à educação brasileira.

Aos professores e às professoras do PROFSOCIO – FUNDAJ que compartilharam conosco, Mestrandos da turma 2021.1, os seus conhecimentos e saberes em relação à área do Ensino de Sociologia no âmbito de seus ensinamentos ou na compreensão das Ciências Sociais enquanto um instrumento de transformação social.

Aos meus companheirxs de curso (PROFSOCIO – 2021), Andresa Fernanda, Ana Carla, André Gustavo, Adriana Cristina, Daniela Rabello, Darlan Gardunho, Lúcio Costa, Thiago Costa, Vitor Rebello, Patrícia Brayner, Délvia Cristine, Francisco Garrido, Viviane Silva, Adriana Farias, Andréa Karla, Cristiane Arruda, Cristiane Oliveira, David Rodrigues, Hugo Manoel, Elyne Paiva, Euclides Viana, Marlon

Anderson, Jeane Lima, Jilvan Batista, Liliane Feitosa, Luciano Medrado, Márcio Geyson, Marcone Rodrigues, Maria Fachini, Mércia Passos, Oscar Neto e Antônio Pacífico pelos momentos de interação e debates que muitos contribuíram para a equação de dúvidas referentes ao desenvolvimento das nossas ideias durante o curso.

“Enquanto eu luto, sou movido pela esperança.”
(*Paulo Freire, 1987*).

RESUMO

Nos últimos anos, a discussão em torno da educação tem ganhado cada vez mais destaque em diferentes setores da sociedade, refletindo uma diversidade de interesses e perspectivas. Nesse contexto, esta pesquisa se propôs a analisar as reformas do Ensino Médio, com foco na Reforma do Ensino Médio em Pernambuco baseada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC – EM) e na implementação dos Itinerários Formativos. A reforma do Ensino Médio, Lei 13.415/2017, aponta duas mudanças que são consideradas principais: com a ampliação da carga horária e a elaboração de um currículo flexível. A partir da análise de documentos oficiais e da realização de entrevistas semiestruturadas com professores, buscamos compreender as transformações no sistema educacional no estado de Pernambuco, considerando a atuação do poder público como formulador de políticas e o papel do professor nesse processo de mudança. As entrevistas abordaram aspectos da vida acadêmica, profissional e a participação dos docentes na construção do currículo em Pernambuco. Os resultados obtidos representam um retrato da atual realidade na região, pós-reforma da educação, evidenciando desafios e oportunidades para o ensino de Sociologia. É nesse contexto que a Sociologia luta pelo reconhecimento e afirmação no campo educacional e enquanto disciplina no currículo escolar, tendo um importante papel na identificação das determinações sociais, políticas e culturais que condicionam a definição da Sociologia, tanto no plano social como no âmbito do próprio espaço escolar e, possibilitando, por isso, a construção de um espaço mais democrático na construção das práticas educacionais.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio; BNCC – EM; Itinerários Formativos; Currículo de Pernambuco; Ensino de Sociologia.

ABSTRACT

In recent years, the discussion around education has gained increasing prominence in different sectors of society, reflecting a diversity of interests and perspectives. In this context, this research proposed to analyze the reforms of Secondary Education, focusing on the Reform of Secondary Education in Pernambuco based on the National Common Curricular Base (BNCC – EM) and the implementation of the Training Itineraries. The High School reform, Law 13,415/2017, highlights two changes that are considered main: with the expansion of the workload and the development of a flexible curriculum. Based on the analysis of official documents and semi-structured interviews with teachers, we sought to understand the transformations in the educational system in the state of Pernambuco, considering the role of public authorities as policymakers and the role of the teacher in this process of change. The interviews covered aspects of academic and professional life and the participation of teachers in the construction of the curriculum in Pernambuco. The results obtained represent a portrait of the current reality in the region, post-education reform, highlighting challenges and opportunities for teaching Sociology. It is in this context that Sociology fights for recognition and affirmation in the educational field and as a subject in the school curriculum, playing an important role in identifying the social, political and cultural determinations that condition the definition of Sociology, both on a social level and within the scope of society itself. school space and, therefore, enabling the construction of a more democratic space in the construction of educational practices.

Keywords: High School reform; BNCC – High School; Training Itineraries; Pernambuco Curriculum; Teaching Sociology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Ato em defesa da Educação Pública.....	28
Figura 2 –	Quadro da distribuição das Competências da BNCC-EM.....	30
Figura 3 –	O contexto de formulação de uma política.....	33
Figura 4 –	Mapa de Pernambuco e suas GRE'S.....	41
Figura 5 –	Gerências Regionais de Educação (GRE'S).....	41
Figura 6 –	Escola da Rede Estadual por tipo de ensino – 2018 a 2021.....	43
Figura 7 –	Taxa de abandono nas escolas de Pernambuco.....	45
Figura 8 –	Dados do Ideb Ensino Médio – PE.....	46
Figura 9 –	Membros do SINTEPE em assembleia reivindicando reajuste para os funcionários da educação.....	54
Figura 10 –	Distribuição da carga horária do “NOVO” Ensino Médio em Pernambuco.....	57
Figura 11 –	Cartaz de divulgação da versão preliminar para consulta pública do currículo de Pernambuco.....	60
Figura 12 –	Capa do Itinerário Formativo de Pernambuco (Ensino Médio).....	63
Figura 13 –	Capa do organizador curricular de Sociologia (Ensino Médio).....	68
Figura 14 –	Itinerários Formativos.....	67
Figura 15 –	Número de docentes que trabalham no Ensino Médio.....	68
Figura 16 –	Organização Curricular de Pernambuco.....	79
Figura 17 –	Trilhas Formativas Integradas por Área de Conhecimento.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	A Sociologia na BNCC em quatro documentos – 2014, 2015, 2016 e 2018.....	37
Quadro 2 –	Competências Específicas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – CHSA.....	66
Quadro 3 –	Bloco 1 com respostas aparentemente positivas sobre os Itinerários Formativos.....	84
Quadro 4 –	Bloco 2, com respostas mais críticas à elaboração dos Itinerários Formativos.....	85
Quadro 5 –	Respostas sobre a participação dos entrevistados nas escolhas dos Itinerários Formativos nas escolas que atuam.....	87
Quadro 6 –	Respostas dos entrevistados sobre os pontos positivos e negativos dos Itinerários Formativos.....	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Formação dos entrevistados.....	81
Gráfico 2 – Redes de ensino em que os entrevistados atuam.....	82
Gráfico 3 – Tipo de vínculo empregatício dos entrevistados na Rede Estadual de Ensino de PE.....	82
Gráfico 4 – Programas das escolas em que os entrevistados atuam estão inseridos.....	83
Gráfico 5 – Respostas dos entrevistados que ministraram a disciplina de Sociologia nos últimos três anos.....	84
Gráfico 6 – Número de entrevistados que participaram das escolhas dos Itinerários Formativos nas escolas que atuam.....	86
Gráfico 7 – Itinerários Formativos mais trabalhados nas escolas dos entrevistados.....	87
Gráfico 8 – Número de entrevistados que foram contemplados com a disciplina de Sociologia.....	89
Gráfico 9 – Respostas dos entrevistados sobre a continuação dos IF's caso a Reforma do Ensino Médio seja revogada.....	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Quantidade de professores por tipo de vínculo – 2018 a 2021.....	48
Tabela 2 –	Percentual de professores efetivos por nível de instrução – 2018 a 2021.....	49

LISTA DE SIGLAS

ABECS	Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação Pesquisa em Ciências Sociais
APP	Aplicativos (dispositivos eletrônicos)
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
GRE	Gerência Regional de Ensino
LDB	Lei de Diretrizes de Base da Educação
MEC	Ministérios da Educação e Ciência
OCN	Orientações Curriculares Nacionais
PCENEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PROFSOCIO	Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	15
1	CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NO ENSINO MÉDIO.....	18
2	A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O ENSINO DA SOCIOLOGIA EM PERNAMBUCO.....	32
2.1	A REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO.....	40
2.2	O SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO – SINTEPE.....	52
2.3	O ENSINO MÉDIO E O CURRÍCULO DE PERNAMBUCO.....	54
3	O CAMINHAR DA PESQUISA	71
4	DESCRIÇÃO E ANÁLISE.....	74
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
	REFERÊNCIAS.....	94
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA ENTREVISTA DE PROFESSORES.....	98

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação é o resultado de um longo caminho percorrido em busca de resposta para uma questão fundamental em se tratando da educação brasileira. As recentes mudanças ocorridas pelas reformas educacionais e o papel de seus agentes políticos norteados de acordos com seus interesses.

Ao longo de minha trajetória acadêmica e profissional, ministrei aulas de História, Filosofia e Sociologia em escolas das redes públicas e privada. O período da minha atuação na rede privada foi curto, basicamente no início da minha carreira, onde eu lecionava as disciplinas de História, Filosofia e Sociologia para o Ensino Médio.

Já na rede pública, trabalhei no município do Cabo de Santo Agostinho – PE (2014), onde ministrava a disciplina de História para o Ensino Fundamental das séries finais. A realização de um trabalho no município do Cabo de Santo Agostinho apresenta elementos importantes para a minha formação como docente, essa escola se encontra em uma comunidade de engenho, ou seja, ela é uma escola rural e, assim, o dia a dia de uma comunidade escolar localizada no ambiente rural proporciona ao docente deparar-se com situações específicas condicionadas pela realidade local.

Atualmente, encontro-me apenas como professor contratado da rede pública, ligado à Secretária de Educação do Estado de Pernambuco. Nessa escola leciono desde 2012 as disciplinas de História no Ensino Fundamental anos finais, e no Ensino Médio, com as disciplinas de Sociologia e Filosofia. Sendo assim, foi a partir da minha vivência como Professor de Sociologia da rede pública que surgiu o interesse em elaborar um trabalho teórico que contribua com o debate referente às mudanças submetidas a disciplina de Sociologia nos últimos anos.

Lamentavelmente, as disciplinas de Filosofia e Sociologia ainda são tratadas como disciplinas “tapa buraco” ou simplesmente como disciplinas que estão ali para complementação de carga horária, sendo assim, as disciplinas de Sociologia e Filosofia só estão ali devido à obrigatoriedade da Lei 11.684, promulgada em 2 de junho de 2008, alterou o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Essa lei tornou obrigatório a inclusão da Filosofia e Sociologia como disciplinas nos currículos do ensino médio.

Com isso, não é raro encontrar professores de outras áreas do conhecimento, diferentes das áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, ministrando aulas de Filosofia e Sociologia em Pernambuco. Desse modo, a partir do momento em que o

Professor licenciado em Sociologia ou dentro do campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas inicia um trabalho como docente em uma determinada comunidade escolar, esse se torna um instrumento importante para mudar essa cultura do professor “tapa buraco” ou que as aulas de Sociologia e Filosofia sejam vistas apenas como complementação de carga horária.

Dentro da perspectiva ofertada pelo Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) é oferecida a oportunidade de mergulhar a partir das ferramentas teóricas e metodológicas proporcionadas pelo campo das Ciências Sociais para uma melhor compreensão da realidade social e educacional brasileira. A Sociologia busca depreender, de maneira científica, como essas relações se desenvolvem e como é possível intervir nesses agrupamentos ou nessas relações, neste caso: sociedade – escola.

A linha de pesquisa Educação, Escola e Sociedade volta-se para compreender e investigar as questões relacionadas à educação e a sociedade utilizando como ferramenta as diferentes áreas das Ciências Sociais. A presente linha de pesquisa propicia condições necessárias para angariar elementos que aborde questões pertinentes à relação entre a escola e a comunidade.

Todavia, é importante observar os fenômenos que podem interferir na construção dessas relações. Fatores como desigualdades educacionais, políticas públicas, sistema escolar, relações de poder na comunidade escolar, violência e especificidades regionais são elementos que corroboram com as transformações no universo da escola.

O objetivo geral do presente estudo foi analisar o lugar da Sociologia e seus conteúdos nos Itinerários Formativos do Ensino Médio no Currículo de Pernambuco a partir da reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular.

Tendo como objetivos específicos:

- Compreender as reformas do Ensino Médio no âmbito nacional e local a partir dos contextos da influência política e do contexto da produção do texto da política (Mainardes, 2006).
- Caracterizar a rede estadual de Educação em Pernambuco,
- Avaliar a elaboração do Currículo da rede estadual no intuito de analisar os efeitos da BNCC na disciplina de Sociologia em Pernambuco.

Esta dissertação encontra-se estruturada em 04 (quatro) capítulos, a introdução contextualizando a educação brasileira e seus nuances no intuito de abalizar o leitor

para uma melhor compreensão da obra. O capítulo 02 (dois) é subdividido em quatro tópicos para melhor contextualizar toda complexidade da estrutura educacional de Pernambuco, onde foi detalhada a estrutura organizativa da educação em Pernambuco, em que buscou-se esmiuçar informações referentes a toda complexidade da Secretária Estadual de Educação (SEE) em Pernambuco. Já no capítulo 03 (três) intitulado o “Caminhar da Pesquisa”, foi detalhada a metodologia da pesquisa, instrumentos utilizados, condução e as etapas percorridas para a execução desta pesquisa. O quarto capítulo apresenta a descrição e as análises dos dados levantados a partir das entrevistas realizadas via Formulário *Google*. Por fim, as considerações finais do presente estudo.

1 CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NO ENSINO MÉDIO

O século XX foi um período de grande ebulição em vários aspectos, entre eles: político, econômico, social e cultural. Todavia, o Brasil vivia uma certa “estabilidade” na sua política interna, os ciclos econômicos vivenciados nos anos do governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) com a sua abertura para o capital internacional, os avanços dos movimentos sociais do campo e urbano, principalmente os acontecidos no Nordeste do Brasil. O período que vai de 1945 até 1964, antes do golpe civil-militar, e com a chegada de alguns governadores do campo progressista contribuíram para uma expansão principalmente da educação no país.

Temos o exemplo do governo de Miguel Arraes (1963 – 1964¹) em Pernambuco, este período foi marcado por diversas conquistas na área da educação, incluindo a implementação das escolas radiofônicas. Essas escolas funcionavam através de programas de rádio que transmitiam aulas e conteúdos educativos para áreas rurais e remotas do estado, onde o acesso à educação formal era limitada. Por meio das escolas radiofônicas, milhares de crianças e jovens puderam ter acesso a uma educação de qualidade, contribuindo para a redução do analfabetismo e a democratização do ensino em Pernambuco.

Com o golpe Civil-Militar de 1964, a Educação é fortemente atingida pelos militares que controlaram a pulso firme o modelo de educação no país durante os 21 anos de ditadura. Com os ventos da abertura política nos idos dos anos de 1980 no Brasil e potencializados principalmente pelos movimentos das *Diretas já*, os movimentos sindicais, movimentos estudantis e os movimentos sociais de uma maneira geral, lutaram pela Democracia no Brasil. Esse momento pode ser coroado com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte em 1987-1988 no Congresso Nacional que resultou na aprovação da Constituição Federal de 1988 que representa um momento histórico da frágil democracia brasileira e principalmente quando se trata dos aspectos econômicos, políticos e sociais do país.

¹ O mandato de Miguel Arraes como governador de Pernambuco ocorreu entre 1963 a 1964. Durante esse período, Miguel Arraes implementou várias reformas progressistas e políticas sociais. No entanto, seu mandato foi interrompido pelo golpe civil – militar de 1964, que resultou em sua deposição e em seguida seu exílio para o exterior.

Destaco o capítulo III da Constituição Federal que trata exatamente das questões relacionadas à Educação, da Cultura e dos Desportos. O Artigo 205 aponta questões relevantes.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, Constituição Federal, 1988, cap. III, art. 205).

A elaboração da Constituição Federal de 1988, apontava a necessidade de criar uma legislação específica que atendesse todas as etapas da Educação no país desde a Educação Básica até a Educação Superior. Essa lei específica é a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº 9.394/1996.

Como de costume na história política do Brasil, a elaboração de leis voltada para atender às massas não é vista com bons olhos. Geralmente, são travadas lutas dantescas da sociedade civil e movimentos sociais contra setores mais conservadores. Com a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBEN) não foi diferente, a Lei 9.394/1996, foi fruto de intensos debates e de muitas mobilizações do movimento estudantil, de Professores do Ensino Básico e do Ensino Superior.

A LDBEN atende todas as etapas da educação brasileira, aponta responsabilidade, direitos e deveres dos diversos setores ligados a comunidade escolar e representantes do Estado, seja na esfera Federal, Estadual, Municipal e Distrital no âmbito do setor público ou do setor privado.

A regulamentação da Lei 9.394/1996, sem sombra de dúvidas foi um passo importante para o sistema educacional no Brasil, entretanto, o Brasil ainda tem muito o que caminhar. Os problemas são os mais diversos, desde problemas com a estrutura adequada nas escolas, salas super lotadas, falta de materiais didáticos e tecnológicos, baixa remuneração da/os docentes, falta de capacitação profissional, carência no apoio e acompanhamento pedagógico, desigualdade na distribuição de recursos para as escolas públicas, falta de políticas públicas eficazes para melhorar a qualidade da educação, entre outros.

Mudanças significativas nas estruturas começaram nas primeiras décadas do século XXI, inicialmente, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos trabalhadores (PT) em 2002 para presidente do Brasil e seus governos de 2003- 2006 (primeiro mandato) e de 2007- 2010 no segundo mandato. Em seguida com a eleição

da candidata do PT, Dilma Rousseff que foi eleita em 2010, dando continuidade ao projeto do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff foi presidenta de 2011- 2014 (primeiro mandato) e 2015-2016 (segundo Mandato), interrompido em 2016. A Presidenta Dilma Rousseff em 2016, teve seu segundo mandato abreviado devido a um golpe orquestrado principalmente por forças conservadoras. No fatídico ano de 2016, a Democracia brasileira sofre um duro golpe parlamentar – jurídico – midiático, junto com setores do empresariado e uma significativa ala de movimentos conservadores, destituíram a Presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff (PT), e em seu lugar assumiu o vice-presidente golpista Michel Temer (MDB). A expansão em níveis diferentes da educação no país não era bem vista em todos os setores da sociedade.

Durante governo do Partido dos Trabalhadores, ocorreu um importante e significativa expansão da Educação Básica, Técnica e Superior no Brasil. A implementação de políticas públicas que visavam garantir o acesso e a permanência de setores da sociedade que antes não tinham oportunidade de ingressar no Ensino Superior foi fundamental. Isso permitiu que mais pessoas tivessem acesso a universidades públicas, além de beneficiar estudantes de baixa renda com bolsas integrais pelo Prouni ou financiamento pelo FIES em instituições privadas de ensino superior. Essas iniciativas contribuíram significativamente para a democratização do acesso à educação de qualidade no país.

Com o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, a educação no Brasil sofreu grande retrocesso, só que dessa vez não com mudanças significativas para melhorar ou aprimorar o sistema educacional brasileiro. A Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), de 15 de dezembro de 2016, estabeleceu o Novo Regime Fiscal - NRF no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, o qual vigoraria por vinte exercícios financeiros, resultando em congelando dos investimentos em Saúde, Educação e outras áreas sociais até 2036. No entanto, a Emenda Constitucional 126/2022, conhecida durante sua tramitação como “PEC da Transição”, definiu que a EC 95/2016 seria substituída por um novo arcabouço de regras fiscais, por meio de envio de Projeto de Lei Complementar (PLC)².

² NOVA EMENTA: Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Nesse contexto, as reformas que foram propostas depois de 2016, como a reforma do Ensino Médio e a elaboração da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, escancara esse projeto neoliberal de educação. Um projeto claramente excludente, criando um abismo educacional entre os alunos das redes públicas e privadas. Assim, o que parecia ruim, ficou bem pior a partir de 2018, com a extrema direita representada pelo candidato Jair Messias Bolsonaro como presidente do Brasil (2018-2022).

A Educação no Brasil segue seu calvário. Com uma série de Ministros da Educação que buscavam dismantlar o sistema educacional do país e com políticas agressoras principalmente para a Educação pública com cortes de verbas.

A resistência ficou por conta dos movimentos sociais, movimentos estudantis e sindicais que atuam na Educação. De certa forma, percebe-se, em alguns momentos, uma certa união desses movimentos para enfrentar esses setores que buscam ceifar a educação de maneira geral. O ataque orquestrado pelo chefe do executivo não dá sossego aos movimentos sociais, porém, estes foram os responsáveis por derrotas importantes aos ataques da extrema direita no Brasil.

Assim no Brasil, nos últimos anos, o tema Educação vem sendo pautado por diversos segmentos da sociedade e com interesses distintos. Pode-se destacar os setores mais conservadores e esses com uma forte ligação com instituições empresariais que despertaram um grande interesse pela Educação ou pela “transformação” da Educação em mercadoria. Freitas, observa da seguinte forma as movimentações dos setores mais conservadores:

O neoliberalismo olha para a educação a partir de sua concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência. Segundo essa visão, a generalização desta concepção para todas as atividades do Estado produzirá uma sociedade melhor. Os cidadãos estão igualmente inseridos nessa lógica e seu esforço (mérito) define sua posição social. É dessa visão de mundo que advêm as finalidades que ele atribui à educação (Freitas, 2018, p. 31).

Analisar a contrarreforma do Ensino Médio promulgada no final de 2017 (Lei nº 13.415) e a Portaria nº 1.348 do Conselho Nacional de Educação (CNE), publicada no D.O.U. de 17/12/2018, que institui a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM), exige uma retomada histórica deste processo, entendendo que a educação dos jovens nesse nível da educação básica tem, historicamente no Brasil, um contexto de disputas e tensões em torno das concepções de educação e finalidades

da formação, entre outras questões de fundamental relevância quando se trata de educação pública de qualidade e socialmente referenciada. Para Freitas (2018), essas disputas fazem parte da dinâmica do próprio Neoliberalismo.

Apesar da origem deste movimento ser, na sua prática política, híbrida, remonta ao nascimento de uma “nova direita” que procura combinar o liberalismo econômico (Neoliberal, no sentido de ser uma retomada do liberalismo clássico do século XIX com o autoritarismo social (Freitas, 2018, p. 13).

Neste contexto a organização da Educação Básica na BNCC – EM foi dividida em dois fluxos, sendo uma base comum e outra em cinco itinerários formativos (onde o estudante irá “escolher” um entre estes) já revela uma desigualdade de oferta e, portanto, a criação de processos formativos diferenciados nas condições de oferta, caracterizando a redução de conteúdos curriculares e fragilizando a educação do Ensino Médio. Faz-se pertinente destacar nesse contexto as pesquisadoras Silva e Scheibe (2017) que alertam sobre uma disputa mais recente.

uma linha de argumentação, incorporada pela reforma atual, mas que vem disputando o sentido do Ensino Médio, desde a LDB de 1996. Essa argumentação recorrente e que adquire hegemonia ao ser incorporada na LDB pela atual reforma está sustentada na defesa da necessidade de adequação do Ensino Médio a requisitos postos pelo mercado de trabalho e/ou por necessidades definidas pelo setor empresarial. Tal defesa aproxima a última etapa da educação básica a uma visão mercantil da escola pública e adota critérios pragmáticos para definir os rumos da mudança, tais como o desempenho nos exames em larga escala e o acesso limitado à educação superior por parte dos concluintes do Ensino Médio (Silva; Scheibe, 2017, p 21).

Nesta mesma linha de análise, a professora Simone Meucci, em entrevista ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-SINDICATO), argumenta:

Em particular na etapa final da Educação Básica do sistema público de ensino de um país como o Brasil, a definição da matriz curricular determina o repertório de conteúdos intelectuais e de recursos cognitivos que orientará juízos e modos de agir de uma parte significativa da população jovem que sequer avançará nos níveis mais elevados de formação. É, pois, sabido que a passagem de estudantes do Ensino Médio para os cursos superiores no Brasil está muito abaixo dos níveis internacionais, ficando sempre um pouco acima dos 20%, segundo dados do IBGE. Ou seja, o Ensino Médio não é, para a grande maioria dos que chegam ao seu fim, uma passagem para etapa subsequente da formação educacional formal, mas seu encerramento (Meucci, 2021, sp.).

Contudo, a formulação da BNCC (Brasil, 2018) do Ensino Médio acarretou na flexibilização da disciplina de Sociologia, formalizando o precedente para professores de outras áreas lecionarem a disciplina respaldados pela normativa. Sobre isso, Silva e Araújo (2021) dizem que:

Ao ser incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/16), a reforma deixou a cargo dos entes federados que ofertam o Ensino Médio realizarem as adequações necessárias. Dentre os dispositivos que necessitam de normatização estadual citamos: a carga horária destinada à formação básica comum, que não poderá exceder a 1.800 horas; a proposta curricular do “Novo Ensino Médio” tendo por referência a BNCC; os critérios e processos destinados a conferir “notório saber” para a docência; e a realização de parcerias (Silva; Araújo, 2021, p. 1).

É nesse contexto que o lugar da disciplina de Sociologia no currículo tem se constituído como um espaço tensionado por essas disputas ao longo da história da educação no Brasil, sendo a Sociologia uma disciplina com especificidades que a torna de fundamental importância na formação da juventude no Ensino Médio. Em entrevista à revista *Coletiva* da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, o Professor Gaudêncio Frigotto, enfatiza o dilema da educação no Brasil.

O nosso dilema maior do Brasil é o dilema da educação, porque se os oprimidos, a grande massa popular não tiver uma educação que permita a eles entender os processos de dominação e de exclusão, nunca vão se organizar e lutar para transformar a sociedade brasileira. Mas não é qualquer educação, tem que se fazer um balanço rigoroso do passado e uma perspectiva de futuro; não é a educação de fórmulas gerais, mas é aquela que exatamente dê aos jovens as bases do conhecimento (Frigotto, 2022, p. 7).

Observa-se que o documento final da BNCC se apresenta como sendo de caráter normativo e descaracteriza a centralidade da disciplina de Sociologia, flexibilizando-a em decorrência da composição entre as áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia.

O Currículo é algo mais amplo, envolve as práticas diárias de aulas ministradas em todas as escolas, o currículo seria um objeto que precederia a teoria, a qual só entraria em cena para descobri-lo, descrevê-lo, explicá-lo (Silva; Alves Neto, 2020, p. 256), em que os professores escolhem conteúdos, métodos, atividades e, portanto, produzem currículo. Os documentos da política são desde o currículo até as legislações

municipais, estaduais e nacionais que informam às professoras o que elas deveriam ensinar (Ball; Mainardes, 2011).

Assim, em termos analíticos, a BNCC é currículo, pois mobiliza agentes e agências em torno de si, tem significado e significância para o campo da educação e para os diferentes campos da ciência. Adquiriu importância para vários setores da sociedade civil, movimentos sociais, partidos políticos, grupos religiosos e igrejas, enfim, tornou-se, claramente, um campo de disputas e lutas acirradas. Para a sociologia da educação (Bernstein, 1996; 2000) isso é currículo, um terreno complexo e dinâmico nas sociedades modernas (Silva, 2005).

Entretanto, o debate técnico de definição política do que será a BNCC na arquitetura do sistema de ensino brasileiro é importante. Ela tornar-se uma grade fechada de componentes curriculares e de conteúdos predefinidos para todos os estados e municípios do Brasil, daí ela se constituirá em currículo centralizado e centralizador.

A BNCC, define um conjunto de conhecimentos, habilidades, competências, componentes curriculares como ponto de partida para as escolas municipais e estaduais elaborarem suas propostas de conteúdo e conseqüentemente a partir das orientações da BNCC definir quais habilidades e competências serão esperadas dos estudantes. Além dos componentes curriculares, temas, problemas que articulem essa “base comum” com as regiões e suas especificidades.

Os conteúdos curriculares são importantes para compreender os elementos que compõem o universo escolar e seus saberes. Compreender o processo de construção da seleção dos conteúdos curriculares, as articulações entre a pesquisa e o ensino, a produção do material didático, a organização escolar e as legislações desenvolvidas para a aplicação e efetivação do Ensino de Sociologia são fundamentais para analisar e compreender as conseqüências dessa política para formação desses estudantes.

A reforma do Ensino Médio, Lei 13.415/2017, aponta duas mudanças que são consideradas principais, como a ampliação da carga horária e a elaboração de um currículo flexível. Em relação ao aumento da carga horária, nas escolas regulares, a carga horária passará de 800 horas para 1.000 horas anuais, e no caso das escolas de Ensino Médio de tempo integral para 1.400 horas anuais. Ferreira e Santana (2018) apresentam algumas considerações específicas relacionadas à Lei 13.415/17, em que a reforma do Ensino Médio abre o caminho para outras reformas necessárias para atender todo um projeto Neoliberal de currículo. A privatização intensiva quando

possível ou, em alguns casos, a criação de um vetor de privatização progressivo, estão destinados, igualmente, a transformar o “direito à educação” em um “serviço” (Freitas, 2018, p. 59).

Além disso, houve uma mobilização do “Movimento todos pela Educação” e “Movimentos pela Base”, iniciativa de setores sociais da sociedade civil, especialmente, das fundações ligadas aos empresários além de educadores e outras organizações não governamentais pela aprovação da BNCC.

Algumas associações de pesquisas e pesquisadores do campo da educação, tais como Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação da Educação (ANPED), posicionaram-se contrários à elaboração de uma Base Nacional Comum e/ou método de elaboração desde a formação das primeiras equipes de especialistas em 2013 e 2014 (Silva *et al.*, 2015; Michetti, 2020). A Professora Márcia Ângela da S. Aguiar, em artigo publicado na revista *Coletivas* da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, descreve a atmosfera que foi criada em torno do surgimento até a promulgação da BNCC-EM.

A BNCC foi cercada de polêmicas desde o seu nascedouro o que provocou idas e vindas na elaboração do documento final que deveria ser encaminhado ao Conselho Nacional de Educação. Esse processo foi mais tensionado com as mudanças ocorridas no cenário político com o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff (2016), sem que fosse comprovado crime de responsabilidade fiscal (Aguiar, 2022, p. 4).

Assim, no contexto da reforma, cada estado da Federação ficou responsável para elaboração de seus Itinerários formativos (a parte diversificada do currículo), sendo estes um complemento ao documento da BNCC-EM.

No documento produzido pelo Estado de Pernambuco, a Sociologia é apresentada como sendo uma área específica das Ciências Sociais (Pernambuco, 2021). Todavia, a disciplina abre um canal de diálogo com as outras áreas do conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, como foi designado pela reforma do Ensino Médio (lei nº 13.415/2017) e pela Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018).

A disciplina de Sociologia encontra-se organizada no currículo de Pernambuco de forma que no primeiro contato do estudante com a Sociologia, ele desenvolva habilidades a partir de uma perspectiva sociológica e crítica para interpretar e avaliar

os fenômenos sociais. E o mesmo documento ainda afirma que a Sociologia não é um mero componente curricular e apresenta a sua importância enquanto disciplina.

Dessa forma, na matriz curricular do Ensino Médio de Pernambuco, a afirmação da Sociologia como componente curricular não se trata de uma mera formalidade. Traduz uma compreensão de que seu ensino possa criar condições intelectuais para o desenvolvimento da personalidade do/a estudante (percepções, atitudes, valores, convicções e intervenções) e de uma ação humanizada. Entende-se que o objeto de estudo da Sociologia é a realidade social. Seus objetivos de aprendizagem passam pela compreensão dos processos de conflitos sociais, as permanências e as transformações das sociedades contemporâneas, sob o enfoque da análise das relações das estruturas sociais, da cultura, de gênero, das relações de poder e instituições políticas, a partir da apreensão de temas, conteúdos/conceitos sociológicos clássicos e contemporâneos, exigindo mediações necessárias (metodologias de ensino, estratégias, recursos) do trabalho docente numa perspectiva interdisciplinar freiriana que envolva estratégias de superação da fragmentação da ação humana em todas as suas dimensões e, assim, desenvolva um ensino da Sociologia mais interessante, mais proveitoso, mais criativo e produtivo para o/a jovem desse nível de ensino (Pernambuco, 2021, p. 255).

Na prática, a realidade é outra. Com a reforma do Ensino Médio e a BNCC as disciplinas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em especial a Sociologia, estrategicamente, não tivera espaço para se fazerem presentes nos currículos das Escolas Estaduais de Pernambuco. O que sobrou para a disciplina de Sociologia, foram apenas duas (2) aulas por semana no segundo ano do Ensino Médio.

Sabendo que as disciplinas do campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas são de fundamental importância entre outras coisas para a manutenção da Democracia, ou seja, a cultura democrática entendida como uma construção cotidiana e entendendo que o currículo escolar desenvolve um trabalho bastante significativo, abordando temas como: tolerância, solidariedade, justiça social, respeito à dignidade do ser humano, sustentabilidade, inclusão, a própria Democracia etc. Temas do campo das disciplinas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e, mais precisamente, na disciplina de Sociologia, reconhecidamente um componente curricular de fundamental importância para a formação intelectual em diversas outras áreas do conhecimento.

É fundamental compreender a realidade social da educação no Brasil, utilizando como referência o campo das Ciências Sociais e suas respectivas áreas do conhecimento: Antropologia, Ciências Políticas e Sociologia.

É função das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas estarem organizadas de modo a problematizar áreas fundamentais à formação do estudante. É importante que

exista o diálogo da Sociologia com as demais Ciências, desde que não distorça o caráter metodológico – científico da Sociologia. Como afirmado, essa prática do ensino de Sociologia, quando fragmentada no interior das demais disciplinas, pode comprometer ou descaracterizar o ensino da Sociologia.

Portanto, compreender a “flexibilização” da disciplina de sociologia no Ensino Médio é também compreender a política do Ensino Médio no Brasil e mais especificamente como ela reverbera em sua flexibilização no currículo do Ensino Médio em Pernambuco, como destaca Silva (2020).

A Base Nacional Comum Curricular é uma *ação de políticas públicas* que participa da configuração da democracia brasileira, presente na arena de elaboração e implementação de políticas educacionais na dimensão de definições dos currículos para a educação básica. É, portanto, uma *ação pública* que mobiliza atores individuais e coletivos que disputam nas arenas decisórias do Estado (Silva, 2020, p. 51).

O Cenário da aprovação da reforma do Ensino Médio foi eivado de resistência, como afirmam Silva e Araújo (2021).

Logo após a publicação da MP 746/16 o país assistiu a um verdadeiro levante da juventude, que passou a ocupar suas escolas. A contrariedade desses jovens estivera assentada, principalmente, em três pontos: a revogação tácita da obrigatoriedade do ensino de Filosofia e Sociologia, a introdução do artifício do “notório saber”, por meio do qual pessoas sem qualificação prévia poderiam se tornar docentes nos cursos de formação técnica e profissional e a indignação com o ato em si, de iniciar uma reforma educacional por meio de um ato autoritário (Silva; Araújo, 2021, p. 06).

A figura 1 mostra o protagonismo do movimento estudantil no que se refere às mobilizações e o enfrentamento a implementação do “Novo” Ensino Médio em Pernambuco.

Os rumos da Reforma foram dados no golpe de 2016, o qual culminou no processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Quando Michel Temer assumiu o governo e nomeou o pernambucano Mendonça Filho (Democratas-DEM) para o Ministério da Educação e neste cenário a reforma neoliberal na educação foi acelerada. Dourado (2020) resgata esse movimento de retrocessos no Brasil, em que no bojo das ações se encontra a reforma do Ensino Médio.

A ascensão de Michel Temer à presidência da república em 2016, pós o *impeachment* e apoiada em um processo de mudanças em estreita articulação

Figura 1 – Ato em defesa da Educação Pública



Fonte: Folha/PE (16/08/2023). Educadores dizem que novo Ensino Médio amplia desigualdades - Folha PE.

às demandas do capital, efetivou-se por meio de uma correlação de forças direcionadas à naturalização e expansão da apropriação do fundo público pelo capital e, novamente, pela contraposição às conquistas sociais — especialmente àquelas decorrentes da Constituição Federal de 1988 — expressas por políticas de ajustes neoliberais. Por meio de emendas à Constituição e reformas, o Executivo e o Legislativo, com apoio de setores dominantes, vão se desvelando um projeto societário excludente, expressão das demandas das classes dirigentes em sintonia ao movimento global de reestruturação capitalista, o que confirma a lógica excludente da burguesia nacional com o processo da formação social brasileira e sua democratização. Essa opção de política econômica, característica das elites conservadoras e financeiras, afeta mais diretamente a classe trabalhadora e significou um recuo histórico, sem precedentes, no esforço histórico de democratização do Estado brasileiro (Dourado, 2020, p. 10).

Assim, Kuenzer já alertava em 2017 sobre a Reforma do Ensino Médio.

A flexibilização da organização curricular e da metodologia é uma das formas de atender à finalidade de formação de profissionais, cuja força de trabalho poderá ser consumida de forma mais ou menos predatória, ao longo das cadeias produtivas. Sua concepção se insere no contexto da chamada aprendizagem flexível, entendida como flexibilização dos itinerários, dos tempos e dos espaços de aprendizagem, tal como propõe a reforma do Ensino Médio; neste caso, a justificativa é autonomia do aluno, em contraposição à rigidez dos tempos dos cursos tradicionais (Kuenzer, 2017, p. 62-63).

O conhecimento como um todo, e no caso específico o conhecimento sociológico, é um instrumento de emancipação social, pois auxilia o estudante a

reconhecer o seu papel em sociedade, assim como desperta a necessidade de fala, compreendendo as disputas pelas definições de “verdades”. Temas como movimentos sociais, cidadania, desigualdade social, Estado e Políticas Públicas, tratados à luz dos conhecimentos sociológicos, são fundamentais no Ensino Médio para o desenvolvimento da valorização do bem comum e da coletividade, sendo importantes para a emancipação social dos jovens. Oliveira (2013) destaca algumas características quando se trata da Sociologia enquanto ciência e a sua relação com as Ciências Humanas.

A Sociologia é uma ciência bastante recente se comparada a outras do campo das Ciências Humanas, remetendo ao século XIX, ainda que possamos pensar a existência de precursores da Sociologia, como nos aponta Durkheim (2008 [1892]) ao se referir a Rousseau e a Montesquieu. Todavia, como nos pontua Giddens (1991), a Sociologia como ciência que estuda a sociedade, o que é uma característica de toda e qualquer teoria social, debruçar-se-ia exclusivamente sobre as sociedades modernas, suas mudanças e características sócio-ontológicas, ainda que não estejamos compreendendo aqui esses aspectos em termos meramente cronológicos, o que reafirma seu caráter inovador (Oliveira, 2013, p. 179).

A luta pela inclusão da disciplina de sociologia nos currículos escolares tem seu ápice em 2008 com a aprovação da Lei 11.684, em 02 de junho, que altera o art. 36 da LDBEN n. 9.394/1996 e torna obrigatória a inclusão das disciplinas de Filosofia e Sociologia nos currículos do Ensino Médio. A promulgação dessa lei preservava o caráter metodológico-teórico-científico do exercício da disciplina em sala de aula.

Sendo assim, com a Reforma do Ensino Médio, a disciplina de Sociologia passa a integrar o quadro das competências gerais básicas, todavia, deixa de ser uma disciplina obrigatória, o que significa que passará a ser uma escolha das redes de ensino nos seus currículos sobre que disciplinas irão priorizar além das disciplinas obrigatórias.

No Brasil, a expressão “itinerário formativo” tem sido tradicionalmente utilizada no âmbito da educação profissional, em referência à maneira como se organizam os sistemas de formação profissional ou, ainda, às formas de acesso às profissões. No entanto, na Lei nº 13.415/17, a expressão foi utilizada em referência a itinerários formativos acadêmicos, o que supõe o aprofundamento em uma ou mais áreas curriculares, e também, a itinerários da formação técnica profissional (Brasil, 2018, p. 468).

A figura 2 mostra como deve se organizar o currículo do Ensino Médio, obtendo como referência as Competências Gerais Básicas e os Itinerários Formativos. O

presente estudo, buscou aprofundar na análise dos dados da proposta curricular de rede estadual de ensino de Pernambuco as prioridades elencadas.

Figura 2 – Quadro da distribuição das Competências da BNCC-EM



Fonte: BNCC do Ensino Médio (Brasil, 2018).

O Brasil, nos últimos anos, vem realizando importantes debates sobre seu currículo escolar. Com a promulgação da constituição de 1988, foram fincadas as bases para a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Essa lei significa o marco fundante do currículo escolar brasileiro em todas as suas etapas.

No contexto de organização administrativa da escola, a LDB compreende também aspectos em torno do papel profissional docente, da configuração curricular, do papel e da função social da escola, bem como do funcionamento pedagógico.

A luta pela inclusão da disciplina de sociologia nos currículos escolares, a qual, em última análise, é uma luta pelo reconhecimento de um determinado campo do conhecimento, bem como uma forma de afirmar-se no campo educacional, tem um importante papel na identificação das determinações sociais, políticas e culturais que condicionam a definição da sociologia, tanto no plano social mais amplo como no âmbito do próprio espaço escolar, identificando os conflitos a eles inerentes e possibi-

litando, por isso, a construção de um espaço mais democrático na construção das práticas educacionais.

Sendo o Brasil um país em que é possível, não apenas identificar as extremidades ocorridas em decorrência das desigualdades sociais no âmbito cultural dos cidadãos, mas também as proporções que tais desigualdades interferem no contexto do campo de atuação educacional e escolar, a inclusão da disciplina de Sociologia no currículo de ensino para jovens em formação pedagógica proporciona possibilidades de ativação da percepção crítica e social do sujeito em relação à sociedade e aos seus pares no ambiente cultural em que vive.

2 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O ENSINO DA SOCIOLOGIA EM PERNAMBUCO

É possível demonstrar como os agentes do campo da produção e do controle simbólico agiram fortemente para disputar no campo da recontextualização pedagógica oficial. Nos três momentos e nos quatro documentos formulados, agentes e agências de diversos setores e subcampos da economia e do controle simbólico inseriram-se no Ministério de Educação (MEC), no Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), na União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), no Conselho Nacional de Educação e nos grupos formados para debater e definir a BNCC-ME. A Professora Elizabeth Macedo, em artigo publicado na revista *Coletiva* da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, destaca o processo de elaboração da BNCC.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação básica foi aprovada, depois de um longo processo de elaboração, em dois momentos. O primeiro ocorreu em 2017 e teve por foco as etapas da educação infantil e do ensino fundamental. No segundo, em 2018, foi promulgada a Base para o Ensino Médio, produzida de forma acelerada e com pouco debate público, resultando em um documento muito menos detalhado do que os das demais etapas. A BNCC do Ensino Médio está organizada em 4 grandes áreas: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; e Ciências Humanas e suas tecnologias. Não há indicadores de que tal organização por áreas seja uma aposta em um ensino mais integrado e menos disciplinar (Macedo, 2022, p. 01).

O primeiro momento desse processo de elaboração da BNCC, se assemelha a fase da consolidação de uma ideia, o debate gira em torno de uma Educação Básica abrangente, da Educação Infantil ao Ensino Médio e de direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento (2012 a 2014).

O momento seguinte desse processo pode ser interpretado como a fase da conciliação entre as perspectivas dos direitos à aprendizagem e das matrizes de conteúdo elaboradas no sistema de avaliação em larga escala (2015 e 2016). Nesta fase podemos caracterizar o Contexto da Produção de Texto da Política (Ball; Mainardes, 2011), destacando a formulação de documentos oficiais respaldando o projeto apresentado. Sendo assim, a Professora Elizabeth Macedo aponta o papel das organizações multilaterais na condução das reformas curriculares.

Em linhas gerais, no entanto, o formato dos documentos para as etapas dos ensinos fundamental e médio é muito semelhante. Ambos utilizam a linguagem das competências subdivididas em habilidades, aspecto que evidencia a tentativa de vincular a ideia de um currículo nacional ao que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) vem propondo ao longo dos anos 2000. Esta organização multilateral é a responsável por uma avaliação internacional que visa comparar os países no que tange à qualidade de sua educação – Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) – e tem se notabilizado pela governança da educação pública por intermédio de uma propaganda muito bem conduzida da noção de competência. Com isso, muitos países ao redor do mundo têm conduzido reformas curriculares – impondo currículos nacionais – alicerçadas na referida noção, mesmo que, por vezes, seu significado seja pouco claro (Macedo, 2022, p. 02).

Macedo (2022) corrobora a posição Cara (2019), quando o autor aponta que esse “modelo de educação ultraliberal é essencialmente reduzido a um insumo econômico” (Cara, 2019, p. 28).

O processo anterior foi interrompido pela mudança de governo, embora a presidenta da República (2011-2014) tenha sido reeleita em 2014 para o Mandato de 2015- 2018. A presidenta Dilma Rousseff nos primeiros meses do segundo mandato, nomeou como ministro da educação, Cid Gomes que organizou a primeira equipe que elaboraria uma nova proposta de BNCC. Foram articuladas ações para a elaboração de uma Base Comum Curricular de âmbito nacional do Ensino Fundamental das Séries Finais ao Ensino Médio.

Foi uma ação decorrente da necessidade de cumprir as legislações vigentes, tais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014. Além disso, houve uma mobilização do “Movimento Todos pela Educação” e do “Movimento pela Base”, iniciativa de setores sociais da sociedade civil, especialmente, das fundações ligadas ao setor financeiro, de empresas privadas e empresários, além de educadores e outras organizações não governamentais (Silva; Alves Neto, 2020, p. 263).

É preciso ressaltar que a Fundação Lemann³ organização criada em 2002, pelo bilionário Jorge Paulo Lemann, busca expandir seus negócios para alcançar os fundos públicos da educação e nesse sentido atuaram fortemente no Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), Conselho Nacional de Educação e no MEC,

³A Fundação Lemann, se intitula uma organização de filantropia familiar, nascida em 2002, a partir do desejo de construir um Brasil mais justo e avançado. Atuando em dois pilares estratégicos, Educação e Lideranças, duas frentes capazes de impulsionar nossa gente e gerar mudanças reais. Apostamos em momentos importantes da mesma trajetória: pessoas com formação educacional de qualidade que podem se tornar líderes preparados e engajados para contribuir com o desenvolvimento do país. Texto extraído da página da própria Fundação Lemann ([Fundação Lemann - A Fundação fundacaolemann.org.br](http://fundacaolemann.org.br))

participando das dinâmicas institucionais, trazendo assessores da Austrália e Chile para darem palestras e avaliarem os trabalhos da equipe de especialistas.

Os observadores do “Movimento Todos pela Educação”, “Movimento pela Base”, em especial as fundações ligadas aos setores financeiros de outras organizações não governamentais (Silva; Alves Neto, 2020, p. 263), acompanharam e registraram todas as etapas da elaboração das versões de 2015 e 2016. “A ‘nova direita’ neoliberal disputou intensamente os rumos da educação brasileira, inclusive nos governos da coligação do PT (2003 – 2016) de dentro e de fora destes.” (Freitas, 2018, p. 15).

Todavia, as arenas de disputas estavam postas, não faltaram movimentos e instituições que atuaram na resistência aos avanços de elaboração de um projeto neoliberal para a educação no Brasil, os autores Silva *et al.* (2015) e Michetti (2020) destacam o papel dessas associações na vanguarda dos movimentos de resistências.

Algumas associações de pesquisas e pesquisadores do campo da educação, tais como Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação da Educação (ANPED), posicionaram-se contrárias à elaboração de uma Base Nacional Comum e/ou ao método de elaboração desde a formação das primeiras equipes de especialistas em 2013 e 2014 (Silva *et al.*, 2015; Michetti, 2020).

É fundamental apontar reflexões sobre a conjuntura de instabilidade da educação pública em nosso país. Sendo assim, o modelo privatista que avançou nos últimos anos, em especial com as reformas realizadas no Ensino Médio, atende os interesses de setores conservadores e principalmente da “nova direita”, Freitas (2018), destaca essa movimentação.

Do ponto de vista ideológico, a privatização também propicia um maior controle político do aparato escolar, agora visto como “empresa”, aliado a padronização promovida pelas bases nacionais comum curriculares e pela ação do movimento “escola sem partido”, este último, um braço político da “nova” direita na escola (Freitas, 2018, p. 29).

Uma versão documento denominado, Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC EM) foi entregue para o Conselho Nacional de Educação em 3 de maio de 2016. Em 12 de maio, abriu-se o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT). É importante observar que essa fase final de elaboração da BNCC foi marcada por profundas mudanças na conjuntura política e os atores individuais e coletivos que disputam nas áreas decisórias do Estado (Silva, 2020).

A BNCC foi preparada junto às diversas fundações filantrópicas afortunadas pela “boa sorte” do capital financeiro (Carneiro, 2019, p. 43), principalmente, fundações e grupos empresárias, que lutavam pela mudança no Ensino Médio viram uma janela de oportunidade de pegar uma carona com o golpe jurídico - parlamentar- midiático que se iniciava no ano de 2016, aceleraram as reformas na educação, especialmente, a do Ensino Médio.

Silva (2020) analisa as inúmeras tentativas da unificação de um currículo no Brasil.

Ao longo da História do Brasil ocorreram várias tentativas de unificação dos currículos para todos os entes federados. Nos períodos de ditaduras, com o Estado Novo (1937 – 1945) e na Ditadura Militar (1964 – 1985), currículos únicos foram definidos pelo Governo Federal e imposto para as escolas. Com o processo de redemocratização do país e após a constituição federal de 1988, retomou-se a ideia de descentralização da administração e das definições para a educação, que passaram a ser divididas entre União, estados, municípios e escolas, além dos Conselhos municipais, estaduais e nacional de educação (Silva, 2020, p. 52).

Tem-se, então, o rompimento com o debate nacional nos moldes que vinha sendo conduzido (Silva *et al.*, 2015). Rompe-se com o processo imediatamente anterior e em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff (PT) é afastada do cargo da presidência. Michel Temer (MDB) o vice-presidente assume a presidência da República e logo em seguida é elaborada uma medida provisória para a reforma do Ensino Médio, a MP nº 746 de 22 de setembro de 2016.

O terceiro momento desse processo é a fase de finalização da BNCC sob a ótica das competências e habilidades e da reforma do Ensino Médio (2017-2018). Pode-se sintetizar que de agosto de 2016 a dezembro de 2018, outra proposta de BNCC foi elaborada, ela é completamente diferente das versões de 2015 e de 2016 que foi descrita anteriormente.

É nesse contexto que a Sociologia luta pelo reconhecimento e afirmação no campo educacional, tendo um importante papel na identificação das determinações sociais, políticas e culturais que condicionam a definição da Sociologia, tanto no plano social mais amplo como no âmbito do próprio espaço escolar, identificando os conflitos a eles inerentes e possibilitando, por isso, a construção de um espaço mais democrático na construção das práticas educacionais. Corti (2019) destaca a importância da Sociologia enquanto disciplina no ensino básico.

Uma das lições importantes da sociologia para compreender a educação é que esta possui uma relação “orgânica” com a estrutura social à qual pertence, uma vez que é parte desta totalidade e é por ela engendrada. Para conhecer a educação de um país é necessário, portanto, conhecer os interesses dominantes que organizam suas relações econômicas, políticas e culturais (Corti, 2019, p. 47).

A Sociologia pode conduzir reflexões interessantes para pensar os processos de identificação dos sujeitos com os campos de configuração cultural, os quais assimilam a história de constituição do país enquanto comunidade nacional, bem como a história de si mesmo enquanto sujeitos que pertencem a grupos culturais específicos em comunidades pertencentes ao cenário brasileiro. No quadro 1 é possível observar as mudanças relativa ao processo de elaboração da disciplina de Sociologia na BNCC durante os anos de 2014, 2015, 2016 e 2018.

Serão destacados alguns pontos importantes para compreender as alterações na lei. Durante os três primeiros anos (2014, 2015 e 2016), a Lei 11.684/2008 encontra-se presente no documento, todavia, em 2017, durante o governo do ex-presidente Michel Temer, é promulgada a Lei 13.415 de 2017, lei essa que revoga a Lei nº.11.684 de 2008. Ou seja, as disciplinas de Filosofia e Sociologia deixam de ser obrigatórias, vindo a compor a área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, na parte básica e no Itinerário formativo.

De acordo com esse cenário, faz-se necessário analisar os impactos desse “novo” currículo de Sociologia, mobilizado pela BNCC EM, no desenvolvimento da prática docente. O papel da comunidade escolar, formada pela tríade, escola – currículo – aluno, torna-se contundente para pensar os aspectos de observância e como o cenário social, político e pedagógico é conformado com as necessidades de um novo tempo que se coloca enquanto urgente; também provoca temores no que diz respeito à retirada de condições de valorização, tanto para profissionais da educação, em específico para professores, quanto para estudantes, os quais são sujeitos participantes ativos e diretos da construção do conhecimento e do saber.

Desse modo, a importância de investigar como a formação específica em Sociologia é pertinente para o próprio campo de conhecimento dessa ciência, não apenas reverbera o pensamento em torno do que ela é no que diz respeito ao seu núcleo de conhecimento, mas também qual é a pauta promovida no contexto de realidade brasileira de tempos hodiernos. O quadro de Silva e Alves Neto (2020) abaixo, explicam esse processo (Quadro 1).

Quadro 1 – A Sociologia na BNCC em quatro documentos – 2014, 2015, 2016 e 2018

Princípios e formas de organização da BNCC	Documento (2013) 2014	Documento 2015	Documento 2016	Documento (2017) 2018
Legislação da Educação	LDBEN de 1996 Lei 11684 de 2008 (SOC e FIL) DCNEB de 2010 DCNEM de 2012	LDBEN de 1996 Lei 11684 de 2008 (SOC e FIL) DCNEB de 2010 DCNEM de 2012	LDBEN de 1996 Lei 11684 de 2008 (SOC e FIL) DCNEB de 2010 DCNEM de 2012	LDBEN de 1996 DCNEB de 2013 Lei n.13 415 de 2017 (Novo EM-muda a LDB e revoga a Lei 11684 de 2008) DCNEM de 2018
Organização das etapas e níveis e o lugar do Ensino Médio	O Ensino Médio é a última etapa da Educação Básica. É direito do cidadão e obrigação do Estado. Está contemplado pelo FUNDEB.	O Ensino Médio é a última etapa da Educação Básica. É direito do cidadão e obrigação do Estado. Está contemplado pelo FUNDEB.	O Ensino Médio é a última etapa da Educação Básica. É direito do cidadão e obrigação do Estado. Está contemplado pelo FUNDEB.	O Ensino Médio se desprende da linha de progressão de formação das outras etapas da Educação Básica. É fragmentado em itinerários formativos, incluindo-se um que é profissionalizante. Deixa de ser obrigação do Estado e direito básico do cidadão. Extingue-se o FUNDEB.
Organização do Ensino Médio	Em três (EM Regular) ou quatro séries (Ensino Médio Profissionalizante no modo integrado), como última etapa da Educação Básica	Em três (EM Regular) ou quatro séries (Ensino Médio Profissionalizante no modo integrado), como última etapa da Educação Básica	Em três (EM Regular) ou quatro séries (Ensino Médio Profissionalizante no modo integrado), como última etapa da Educação Básica	Organizado tempo integral, uma parte comum concentrada em língua Portuguesa e Matemática Parte dos itinerários formativos divididos em 5 possibilidades nas 4 áreas e mais uma Profissionalizante

A seleção e a definição das áreas, dos componentes curriculares/ disciplinas	Área de Linguagens (componentes – Língua Portuguesa, Língua Materna (indígena), Língua Estrangeira, Arte e Educação Física); Área de Matemática (Matemática); Área de Ciências Humanas (Geografia, História, Ensino Religioso, Filosofia e Sociologia); Área de Ciências da Natureza (Componentes - Ciências (Ens. Fundam), Biologia, Química e Física)	Área de Linguagens (componentes – Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Arte e Educação Física); Área de Matemática (Matemática); Área de Ciências da Natureza (componentes Ciências no Ens. Fundam., Biologia, Química e Física); Ciências Humanas (Geografia, História, Ensino Religioso, Filosofia e Sociologia);	Área de Linguagens (componentes – Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Arte e Educação Física); Área de Matemática (Matemática); Área de Ciências da Natureza (componentes Ciências (Ens. Fundam), Biologia, Química e Física); Ciências Humanas (Geografia, História, Ensino Religioso, Filosofia e Sociologia);	Área Linguagens e suas tecnologias; Área de Matemática e suas Tecnologias; Área de Ciências da natureza e suas tecnologias, Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
A Sociologia	Componente Curricular obrigatório em todas as séries.	Componente curricular obrigatório em todas as séries.	Componente curricular obrigatório em todas as séries.	Compõe a Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, na parte básica e no itinerário formativo
Conteúdos da Sociologia e das Ciências Sociais	Dissolvidos na Área de Ciências Humanas, com indicação de quais Direitos de Aprendizagem poderá contribuir.	Definidos em cada série, tendo como eixos conteúdos mais próximos da Sociologia na Primeira série; da Antropologia na Segunda e da Política na terceira série.	Definidos em unidades, tendo como eixo a Pesquisa e para as unidades: desigualdade social (1), diversidade (2) e Estado de direito (3).	Os conteúdos do componente são diluídos nas competências da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Para cada uma dessas 6 competências foram elaboradas de 5 a 6 habilidades.

Fonte: Silva e Alves Neto (2020).

Importante destacar que não se compreende a Sociologia enquanto conhecimento só traduzido no espaço escolar, mas também como aquele que é articulado na composição da política brasileira, acentuando, de igual maneira, a

consolidação da proposição pedagógica e escolar enquanto prática educativa e de ensino, que se faz a partir, para e com o currículo.

Compreender o lugar que o currículo de Pernambuco reservou à Sociologia no Ensino Médio é de fundamental importância no cenário de disputas por uma educação crítica e de qualidade para os jovens do Ensino Médio de Pernambuco. No currículo elaborado e aprovado pelo governo de Pernambuco, o próprio documento reconhece o campo específico da Sociologia, como sendo uma área das Ciências Sociais, todavia, o mesmo documento desabona essa afirmativa respaldado pela Reforma do Ensino Médio (Lei nº.13.415/2017) corroborada pela Base Nacional Curricular Comum(BNCC, 2018), sendo descrito desta forma pelo currículo de Pernambuco.

No currículo de Pernambuco, a Sociologia se apresenta como lócus de realização de um campo científico específico- as Ciências Sociais-, traduzido em saberes escolares, mas, sobretudo, como um espaço disciplinar correspondente e em diálogo com sua área de conhecimento, as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, assim designada, pela Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) e ratificada pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC, 2018) (Pernambuco, 2020, p. 295).

A área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas são integradas por Filosofia, Geografia, História e Sociologia. Garantida as aprendizagens aos jovens no Ensino Médio, é função das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas estarem organizadas de modo a problematizar áreas fundamentais à formação do estudante.

É importante que exista o diálogo da Sociologia com as demais Ciências, desde que não distorça o caráter epistemológico da Sociologia. Como afirmado, essa prática do ensino de Sociologia, quando fragmentada no interior das demais disciplinas, pode comprometer ou descaracterizar o ensino da Sociologia.

O conhecimento sociológico é um instrumento de emancipação social, pois auxilia o estudante a reconhecer o seu lugar no mundo social e seus direitos, assim como desperta a necessidade de fala, compreendendo as disputas pelas definições de “verdades”. Temas como movimentos sociais, cidadania, desigualdade social, Estado e Políticas Públicas, tratados à luz dos conhecimentos sociológicos, são fundamentais no Ensino Médio para o desenvolvimento da valorização do bem comum e da coletividade, sendo importantes para a emancipação social dos jovens. As autoras Quintaneiro, Barbosa e Oliveira, destaca a finalidade da formação de uma sociedade crítica na perspectiva de uma emancipação consciente da humanidade.

O propósito último da crítica é mostrar o caminho da humanização, a fim de que os homens possam tomar a direção da produção, orientando-a segundo sua vontade consciente e suas necessidades e, não, de acordo com um poder “externo” que vem regendo a atividade que caracteriza a espécie (Quintaneiro; Oliveira; Barbosa, 2003, p. 97).

Para as autoras o ensino de Sociologia é fundamental para a constituição de uma sociedade crítica e emancipada.

2.1 A REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Caracterizar a rede de Ensino Médio público em Pernambuco é um dos objetivos desta pesquisa. As escolas públicas do estado de Pernambuco são distribuídas do litoral ao sertão e contam com 16 (dezesesseis) gerências regionais. A capital Recife conta com duas gerências regionais: Recife Norte e Recife Sul; a Região Metropolitana do Recife é distribuída com duas gerências: Norte e Sul, em seguida vem a Zona da Mata com três regionais: Mata Norte, Mata Centro e Mata Sul.

O Agreste Pernambucano conta com três regionais: Vale do Capibaribe, Agreste Centro Norte e Agreste Meridional. É no Sertão pernambucano que se encontra uma quantidade maior de regionais, 6 (seis) no total, essa região geograficamente falando, é a maior do estado. A figura 4 mostra a divisão política e regional do Estado de Pernambuco e a figura 5, suas respectivas regionais.

As gerências regionais representam a Secretaria de Educação em suas regiões, ou seja, é parte da estrutura burocrática do Estado de Pernambuco, com a responsabilidade de gerenciar e acompanhar as políticas de Educação junto às escolas, e atuam na supervisão técnica e orientações normativas quando necessário. O Estado de Pernambuco conta com 1.059 escolas estaduais, segundo o Relatório da Educação em Pernambuco 2015/2022⁴, distribuídas desde o litoral ao sertão do Estado. Esse número de escolas atende mais de 500 mil estudantes matriculados no ensino básico nas etapas do Ensino Fundamental anos finais, Ensino Médio e o Ensino técnico.

O documento formulado pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, denominado de Relatório da Educação em Pernambuco 2015/2022, realiza o recorte do período do governo do ex-Governador Paulo Câmara. O documento

⁴ [RELATÓRIO EDUCAÇÃO 2015-2022.cdr \(educacao.pe.gov.br\)](#)

Figura 4 – Mapa de Pernambuco e suas GRE'S



Fonte: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. www.educacao.pe.gov.br.

Figura 5 – Gerências Regionais de Educação (GRE'S)

GERÊNCIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO

01 - Recife Norte	09 - Agreste Centro Norte (Caruaru)
02 - Recife Sul	10 - Agreste Meridional (Garanhuns)
03 - Metropolitana Norte	11 - Sertão do Moxotó-Ipanema (Arcoverde)
04 - Metropolitana Sul	12 - Sertão do Alto Pajeú (Afogados da Ingazeira)
05 - Mata Norte (Nazaré da Mata)	13 - Sertão do Submédio São Francisco (Floresta)
06 - Mata Centro (Vitória de Santo Antão)	14 - Sertão do Médio São Francisco (Petrolina)
07 - Mata Sul (Palmares)	15 - Sertão Central (Salgueiro)
08 - Vale do Capibaribe (Limoeiro)	16 - Sertão do Araripe (Aranipina)

Fonte: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. www.educacao.pe.gov.br

aponta as principais realizações de suas gestões. Serão destacadas duas informações que foram bastante utilizadas pela gestão Paulo Câmara e no documento ficam bastante evidente, sendo, inclusive, utilizadas como propaganda das suas duas gestões.

A primeira é que a Educação Pernambucana, no Ensino Médio, encontra-se entre as melhores do Brasil, de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, a educação pernambucana encontra-se em segundo lugar. Um outro

dado bastante relevante é que o Estado de Pernambuco foi a primeira Unidade da Federação a universalizar o Ensino Médio em tempo integral no país.

O Estado conta com uma estrutura complexa para atender a toda comunidade. Em 2022, a rede pública passou a contar com mais 70 Escolas de Referências em Ensino Médio (EREM), Ensino Fundamental e Médio (EREFEM) e 34 escolas de referência em Ensino Fundamental anos finais (EREF). Os números dos estudantes matriculados em 2022, apontam que mais de 75% dos alunos matriculados no primeiro ano do Ensino Médio frequentam essas Escolas⁵, de acordo com o Relatório Anual de Indicadores de 2021.

Atualmente, o estado possui 420 (quatrocentas e vinte) Escolas de Referência. Dessas, 229 (duzentas e vinte e nove) são em jornada integral e 191 (cento e noventa e uma) em jornada semi-integral, sendo 22 (vinte e duas) delas em jornada semi-integral de 2 turnos com Ensino Médio e 31 (trinta e uma) em jornada semi-integral de 2 turnos com Ensino Fundamental e Médio. Ainda, 6 (seis) Escolas de Referência em Ensino Fundamental, com jornada Integral de 35 horas. De acordo com o Sistema de Informações da Educação de Pernambuco (SIEPE), as 420 Escolas de Referência 124 beneficiaram 181.532 estudantes, distribuídos nos 185 municípios (Pernambuco, 2021, p. 123 e 124).

Essa estrutura disponibilizada pelo ensino público em Pernambuco, conta também com o ensino técnico. São 60 Escolas técnicas que ofertam 51 cursos que atende as suas respectivas localidades (Figura 6). Ou seja, para a disponibilidade dos cursos é levando em consideração a localidade aonde a Escola se faz presente.

É importante destacar que as Escolas Técnicas (ETE), recebem outro tratamento por parte da Secretaria de Educação do Estado. Possuem como diferencial sua estrutura, em que os prédios contam com uma arquitetura mais moderna e toda uma estrutura de salas e laboratórios informatizados para atender melhor o seu público. E esse mesmo público passa por uma seleção, ou seja, é uma exigência a realização de uma seleção em que os alunos são classificados e/ou desclassificados de acordo com suas notas. A nota é utilizada como parâmetro para classificar⁶ os melhores alunos de suas respectivas escolas.

⁵ [RELATÓRIO EDUCAÇÃO 2015-2022.cdr \(educacao.pe.gov.br\)](#) (p. 01)

⁶ Tipo de avaliação que tem como referencial a aquisição de conteúdos sequenciados em pré-requisitos. O que está em questão, nesse tipo de avaliação, não é o aluno, mas o que estava previsto para ser avaliado (Menezes, Ebenezer Takuno de. *Verbete avaliação classificatória*. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.).

Figura 6 – Escola da Rede Estadual por tipo de ensino – 2018 a 2021



Fonte: Secretária de Educação e Esportes de Pernambuco – SEE/PE (2021, p. 116).

A rede pública de Pernambuco também conta com a modalidade de educação a distância (EAD). O Estado tem hoje mais de 100 polos em todas as regiões. Essa modalidade foi potencializada principalmente durante a pandemia do COVID-19.

A Secretaria de Educação de Pernambuco, na gestão do ex-Governador Paulo Câmara, articulou programas e ações para tocar a política de Educação do Estado de Pernambuco. Para investir nas unidades escolares do Estado foi criado o programa Investe Escola Pernambuco, em 2021, a Lei Ordinária 17488/2021⁷ de Pernambuco é uma iniciativa que visa contribuir para a manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica das unidades de ensino, na perspectiva de alavancar o desempenho da educação em Pernambuco.

Foram contempladas 978 Escolas de toda rede pública estadual, um investimento na soma de 228 milhões de reais. A segunda edição do programa possui um orçamento de 260 milhões de reais e deve beneficiar 1.015 escolas em 2023. Essa verba tem um leque de utilidades bastante ampla. Podendo ser utilizado para realização

⁷ [Lei Ordinária 17488 2021 de Pernambuco PE \(leisestaduais.com.br\)](http://leisestaduais.com.br)

de projetos pedagógicos, manutenção da estrutura física da escola até a aquisição de materiais de consumo e permanentes.

Todavia, a dinâmica da Educação em Pernambuco é pensada, planejada e realizada a partir das ações pactuadas em um plano de metas. Esse é um momento determinante para a Educação no Estado a partir da perspectiva da Secretaria de Educação do Estado. Esse encontro é realizado anualmente com a presença dos gestores de todas as GRE's e a SEE com o objetivo de elaborar o planejamento de todo ano letivo.

O planejamento anual é organizado a partir dos resultados apresentados do ano anterior. E segundo esses mesmos dados, a educação em Pernambuco é apresentada como um projeto atrativo para os estudantes, em que é verificada uma redução na taxa de abandono escolar (Pernambuco, 2022).

A taxa de abandono é um dos três elementos do conjunto de medidas de que caracterizam o rendimento escolar: aprovação, reprovação e abandono. Expressa o quantitativo de estudantes que se matricularam, mas não concluíram o ano letivo, excluindo os que ao longo do ano foram transferidos ou faleceram. Os resultados oficiais do indicador, correspondente a cada etapa de ensino, podem ser verificados anualmente através do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Através deles podemos observar que o estado entrou em uma trajetória de queda do abandono escolar nos anos anteriores à pandemia de Covid 19. Essa trajetória de queda foi encerrada pelas dificuldades encontradas durante o período da pandemia, em todo território nacional (Pernambuco, 2021, p. 19).

O governo do Estado de Pernambuco utiliza esse índice da baixa taxa de abandono para justificar o modelo de educação do estado como algo atrativo para o alunado. No entanto, existem diversos outros fatores que são fundamentais para transformar a educação em algo atrativo.

Segundo o Inep, em 2014, o Estado de Pernambuco apresentava um indicador de 3,5%, e em 2021, essa mesma taxa despencou para menos da metade, chegando 1,6%equivalente aos anos de 2016 e 2017. Essa taxa se mantém estável em 2018, 2019 e 2021, já o ano de 2020 não conta por causa da pandemia (um ano atípico). A figura 7 ilustra dados dos últimos anos da taxa de abandono nas escolas de Pernambuco.

Um outro importante indicador é o Índice de Educação Básica (IDEB), este indicador é responsável por apresentar a “qualidade educacional” no país. Esse indicador foi criado em 2007, e leva em consideração dois importantes resultados para

Figura 7 – Taxa de abandono nas escolas de Pernambuco



Fonte: Relatório de educação 2015-2022 da SEE/PE.

avaliar a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.

O relatório anual de indicadores 2021, documento formulado pela SEE de Pernambuco, qualifica o IDEB como sendo um importante instrumento para o desenvolvimento da Educação.

O IDEB leva em consideração as médias nos desempenhos dos alunos na avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do fluxo escolar.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador da qualidade da educação, sendo calculado através das médias de desempenho dos alunos na avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do fluxo escolar, este último divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e obtido no Censo. Foi baseado no IDEB que o Estado de Pernambuco criou o seu indicador próprio de qualidade da educação, chamado de Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco, o IDEPE. O IDEB é um índice que leva em consideração dados da educação em todo o país, sendo possível compará-lo nacionalmente, e expressa dados sensíveis como a aprendizagem e fluxo escolar. Neste sentido, o índice serve para realizar diagnósticos da qualidade do ensino brasileiro, além de nortear as políticas públicas de distribuição dos investimentos tecnológicos, financeiros e pedagógicos destinadas ao ensino no país (Pernambuco, 2021, p. 142).

Esses parâmetros são utilizados para a formulação de um cálculo que a partir desse número é formulado um índice para ilustrar a qualidade da Educação por Estado.

Na estrutura do sistema educacional de Pernambuco, este índice é importante para a elaboração de políticas públicas na perspectiva de qualificar o sistema educacional no Brasil. Esse instrumento é bastante utilizado devido a suas avaliações levar em consideração parâmetros possíveis de materializar toda a estrutura educacional em números, ou seja, a materialização de uma ferramenta que auxilie no cumprimento de metas. Esses índices transformam os estados e seus respectivos sistemas educacionais em uma tabela (*ranking*), com a distribuição dos melhores sistemas de educação no país.

Os últimos resultados do Ideb do Ensino Médio em Pernambuco em comparação com a meta nacional estão demonstrados na figura 8.

Figura 8 – Dados do Ideb Ensino Médio – PE



Fonte: Relatório de educação 2015-2022 da SEE/PE.

Baseado no IDEB o Estado de Pernambuco formulou o seu próprio indicador de qualidade da Educação, denominado de Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco, o IDEPE. A estrutura de formulação das informações é semelhante ao IDEB, porém, no caso do IDEPE são utilizados como referências o desempenho dos alunos na avaliação externa e a avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE), no que corresponde a uma prova de Língua Portuguesa e Matemática. As provas do SAEPE são realizadas apenas pelos alunos dos anos finais, no caso, 5º e 9º e do Ensino Médio, apenas o 3º. Existem outras características que são importantes e devem ser destacadas.

O Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE) é calculado com base no desempenho obtido pelos alunos na avaliação

externa e censitária do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE), em Língua Portuguesa e Matemática, aplicado para os alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, como também da média de aprovação dos alunos, o Fluxo Escolar. Importa destacar que a avaliação supracitada é aplicada em todas as escolas das redes Estaduais e Municipais de Pernambuco, o que resulta em uma avaliação mais assertiva que tem como resultado o fornecimento de uma visão global da qualidade da educação do Estado. (Pernambuco, 2021, p. 145)

A qualidade na educação é o desejo dos que fazem a educação no país, uns mais, outros menos e alguns com suas fórmulas e soluções mirabolantes. Entretanto, é necessário compreender os nuances dos projetos e narrativas que quase não mostram suas reais intenções. O Brasil, “país de democratização educacional tardia” (Cury, 2014, p. 1053), levou em consideração apenas os aspectos ao acesso e a permanência do aluno na escola como sinônimo de qualidade. Certamente, esses elementos são importantes, mas não os únicos, como aponta Freitas (2018) para o projeto de uma formulação de educação seletiva.

A concepção de uma educação seletiva para os “interessados em aprender”, produto de uma concepção de sociedade baseada na competição e no mérito, se materializar na segregação social dos “indesejáveis”. As condições de vida que criminaliza milhares de jovens são reduzidas a uma única condição pessoal: “não querem aprender (2018, p. 117).

E essa seletividade do projeto educacional brasileiro agudiza o abismo entre vários segmentos da sociedade, porém, as classes com maior vulnerabilidade social são as mais impactadas tornando-se vítimas de um projeto perverso de (des)educação. É importante não esquecer que o neoliberalismo é uma função entre o liberalismo econômico e autoritarismo (Freitas, 2018, p. 116).

O documento produzido pelo Governo do Estado, o Relatório da Educação 2015-2022, é interessante porque o próprio documento conta com 17 páginas, porém, quando o tema é relativo à valorização do profissional, o documento é apresentado com pouco mais de meia lauda. Esse documento aborda as questões pertinentes à valorização profissional como sendo um compromisso da gestão Paulo Câmara.

A SEE apresenta no Relatório Anual de Indicadores 2021, os números relativos aos funcionários na condição de ativos: efetivos e contratados e profissionais da educação aposentados (Pernambuco, 2021).

Em 2021, 66.731 professores estiveram vinculados à Secretaria de Educação e Esportes. Desse total, 35.999 docentes atuaram efetivamente na Rede Estadual de Educação durante o referido exercício, o que equivale a 53,95%, enquanto registrou-se o quantitativo de 30.732 professores aposentados, correspondente a 46,05%. (Pernambuco, 2021, p. 30).

Na tabela 1 é possível verificar o número de professores contratados de dezembro de 2018 a dezembro de 2021.

Tabela 1 – Quantidade de professores por tipo de vínculo – 2018 a 2021

Tipo de Vínculo	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21
Total de Professores Efetivos	32,40%	31,75%	30,89%	29,32%
	21,580%	21,464%	20,530%	19,808%
Total de Professores Temporários	23,00%	23,35%	22,89%	25,19%
	15,356%	15,785%	15,210%	17,021%
Total de Professores Aposentados	44,60%	44,90%	46,22%	45,49%
	29,741%	30,357%	30,713%	30,732%

Fonte: Relatório Anual de Indicadores (2021, p. 31).

Todavia, é importante destacar o elevado percentual de Professores contratados (CTD's) no Estado de Pernambuco. O Professor contratado realiza todas as atividades de um Professor efetivo, porém, a sua relação de trabalho é diferente. Ele é regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, ou seja, não conta com estabilidade no exercício de suas funções e não recebe alguns benefícios que é comum aos Professores efetivos.

Sendo assim, esse segmento engrossa os índices do trabalho precarizado, não é raro os casos de assédio moral já que esse segmento se encontra vulnerável juridicamente falando. O cargo de Professores contratados é regido pela Lei nº.14.547/2011, em que em seu artigo primeiro reafirma que ele atende às necessidades temporárias de excepcional interesse público.

Os contratos temporários possuem função essencial na dinâmica natural da Rede Estadual de Ensino, uma vez que viabilizam o suprimento de demandas emergenciais e lacunas transitórias, bem como oportunizam o atendimento a programas e projetos especiais, sempre sob a égide e devidamente amparados pela Lei nº 14.547/2011, viabilizando, portanto, a continuidade da oferta do serviço educacional aos estudantes de todo o estado (Pernambuco, 2021, p. 30).

Um outro dado que é fundamental para compreender a dimensão do quadro docente da SEE é o percentual de funcionários graduados e pós-graduados que atuam no Estado. Os dados indicam que os docentes compreendem que se faz necessário o aperfeiçoamento profissional no intuito de se manter atualizados (Tabela 2).

Tabela 2 – Percentual de professores efetivos por nível de instrução – 2018 a 2021

Nível de Instrução / ano	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21
Magistério	1,04%	0,96%	0,86%	0,75%
Doutorado	0,72%	0,86%	1,19%	1,47%
Não detentor de habilitação específica	1,39%	1,30%	1,29%	1,32%
Mestrado	5,40%	5,77%	7,78%	8,86%
Licenciatura Plena	29,10%	32,12%	25,05%	22,51%
Especialização	62,35%	59,99%	63,83%	65,09%

Fonte: Relatório Anual de Indicadores (2021, p. 33).

Entre os programas de valorização dos profissionais de educação do Estado de Pernambuco, encontra-se o Programa de Bônus por Desempenho (BDE), criado em 2008⁸, é uma premiação por resultados em função do desempenho no processo educacional de acordo com as metas e condições fixadas pelo poder executivo, voltada para as unidades escolares que atingiram as suas respectivas metas. É importante ressaltar que para recebimento do BDE pelos docentes existe uma legislação específica e, o Bônus é pago mediante um decreto anual do poder executivo⁹, a premiação beneficia os servidores em exercícios: efetivos e contratados.

Segundo a SEE, essa proposta busca incentivar e promover a qualidade do ensino e valorizar a remuneração dos profissionais. Porém, essa remuneração não faz parte do salário mensal dos servidores e não conta para a sua aposentadoria.

Para o recebimento do BDE, é necessário atingir pelo menos 50% (cinquenta por cento) da meta. Sendo assim, serão contemplados os servidores da unidade escolar que mantiveram o exercício efetivo no local por um período mínimo de 180 dias. Caso a escola não tenha atingido os 50% de crescimento, existe a possibilidade de ser

⁸ [Lei Ordinária 13486 2008 de Pernambuco PE \(leisestaduais.com.br\)](http://leisestaduais.com.br)

⁹ [Decreto 53727 2022 de Pernambuco PE \(leisestaduais.com.br\)](http://leisestaduais.com.br)

contemplada com o pagamento de 33,33% do BDE, desde que tenha alcançado os critérios cumulativos indicados no Decreto nº 53.727, de 11 de outubro de 2022.

Recentemente, foram criados mais dois projetos de incentivo para os profissionais da rede pública de educação. O programa Professor Conectado, lançado em 2021, disponibilizou mais de 18 mil computadores para os professores em exercícios, sendo efetivos ou contratados.

É importante destacar que esse programa foi desenvolvido durante a pandemia do COVID-19, devido a mobilização da sociedade civil na busca por uma alternativa efetiva para minimizar os impactos da pandemia.

O Programa Professor Conectado é uma iniciativa do governo do Estado de Pernambuco de Inclusão Digital dos Profissionais da Rede Estadual de Ensino. O programa tem como objetivo disponibilizar aos profissionais da educação soluções tecnológicas que apoiem o desenvolvimento de suas relevantes funções, sobretudo na modalidade remota, integrando-os as políticas de acessibilidade digital, viabilizando o direito à educação de qualidade. A referida iniciativa abarcada pela Lei Estadual nº 17.322, de 15 de junho de 2021, visa prover aos profissionais de educação os meios necessários para o planejamento e a realização das atividades pedagógicas, vinculadas aos conteúdos curriculares no contexto não presencial, permitindo a integralização da carga horária mínima dos anos letivos afetados pela pandemia do novo coronavírus, bem como, favorecer a inclusão tecnológica dos profissionais da educação e o uso da tecnologia como aliada no processo de ensino-aprendizagem (Pernambuco, 2021, p. 35 - 36).

No ano de 2022, foi criado o Valoriza Educação¹⁰, este projeto destina incentivos financeiros aos profissionais em efetivo exercício em suas unidades escolares. O projeto de Lei (PL) nº 3442/2022, autorizou o pagamento extraordinário referente a esse projeto em 2022, uma soma total de R\$ 350 milhões de reais. O benefício foi destinado aos servidores efetivos e temporários em pleno exercício de suas funções na SEE/PE. Para o recebimento dos recursos é levado em conta alguns fatores que ficam estabelecidos pela (PL) nº 3442/2022.

Art. 1º Fica autorizado, de forma extraordinária, no exercício de 2022, no âmbito do Estado de Pernambuco, o pagamento do Valoriza Educação, correspondente a uma cota global no valor de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), destinada aos profissionais em atuação na Secretaria de Educação e Esportes em efetivo exercício na data de publicação desta lei. § 1º Para fins de pagamento do Valoriza Educação, são considerados profissionais em efetivo exercício (ALEPE, 2022).

¹⁰ [Alepe - Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco](#)

É necessário destacar que o modelo de educação adotado em Pernambuco é baseado em resultados. A *gestão por resultados*, como se encontra no Relatório Anual dos Indicadores 2021 (Pernambuco, 2021, p. 141), corrobora essa prática. Os índices extraídos dos indicadores do IDEB, IDEPE e os resultados das avaliações em larga escala com testes padronizados é uma herança do século passado, introduzido no Brasil na década de 90, a chamada “cultura de avaliação” (Cury, 2014, p. 1053), esses números apontam as medidas que devem ser adotadas pelo governo. Os documentos oficiais elaborados pelo governo do Estado caracterizam a gestão por resultados:

A gestão por resultados consiste numa gama de processos e práticas gestoras para a excelência do desempenho educacional do Estado de Pernambuco. A partir de sua aplicação nos programas e nas políticas públicas da Secretaria de Educação e Esportes, são notórias as melhorias nos indicadores gerais de rendimento, frequência e proficiência dos alunos, pautando todos os resultados pela qualidade e transparência (Pernambuco, 2021, p. 141).

Conforme essa configuração vai se enraizando, a escola se assemelha muito mais a uma empresa do que a uma escola propriamente dita. Corroborando, assim, com Freitas (2018) destaca os principais objetivos desse projeto neoliberal na Educação.

Nestas condições, a educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica. A educação, vista como um “serviço” que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastado do Estado, o que justifica a privatização (Freitas, 2018, p. 29).

Dessa maneira, com os aspectos apresentados no que diz respeito a valorização dos profissionais da rede de Educação pública no Estado, é necessário destacar o protagonismo vigilante do sindicato da categoria: o SINTEPE. Um sindicato forjado nas lutas e em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras da educação em Pernambuco.

Sendo assim, a ditadura empresarial-militar de 1964, apresentava sinais de extenuação, no bojo dos movimentos de redemocratização do país e, com os primeiros lampejos de uma abertura política, o retorno da democracia era algo latente. Uma das características da efetivação da democracia no Brasil era a fundação de organizações que representassem suas respectivas categorias.

2.2 O SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

DE PERNAMBUCO – SINTEPE

Fundado no dia 26 de março de 1990, o Sintepe, Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco, é composto por todos os profissionais que atuam na Educação pública do Estado de Pernambuco. Fruto de uma trajetória de lutas em defesa de sua categoria, logo se apresenta como um instrumento da classe se organizando do litoral ao sertão do Estado de Pernambuco, para isso era necessária uma estrutura que estivesse à altura de seu tamanho.

A instituição tem sede própria, localizada na Rua General José Semeão, Recife, inaugurada em 27 de outubro de 1994, porém, seus trabalhos tiveram início na Rua do Príncipe, ambas no bairro de Santo Amaro. O SINTEPE conta com 13 subsedes regionais, espalhadas no estado: Regional Mata Centro (Vitória de Santo Antão), Regional Mata Sul (Palmares), Regional Mata Norte (Nazaré da Mata), Regional Litoral Sul (Barreiros), Regional Vale do Capibaribe (Limoeiro), Regional Agreste Setentrional (Caruaru), Regional Agreste Meridional (Garanhuns), Regional Sertão do Moxotó Ipanema (Arcoverde), Regional Sertão do Araripe (Araripina), Regional Sertão Médio São Francisco (Petrolina), nestes faz a atuação representativa da rede estadual (Sintepe, 2023).

O Sintepe é filiado a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT). O sindicato como instrumento de luta de uma classe e/ou segmento de trabalhadores e trabalhadoras se faz necessário nas arenas de enfrentamento contra as instituições e o aparato do Estado. O rebento da instituição se dá a partir de três associações que representava segmentos diferentes de trabalhadoras e trabalhadores da educação no serviço público do Estado.

o mês de inauguração da associação, houve um Congresso de Unificação, onde a APENOPE, que representava os(as) professores(as) na época, a AOEPE, os(as) orientadores(as) educacionais, a ASSUEPE, que atuou em favor dos(as) supervisores(as) e a Coordenação dos Servidores Administrativos, representando os(as) funcionários(as) das escolas, resolvem fundar o SINTEPE. Toda esta mobilização surge em meio a uma grande greve, e que posteriormente só veio comprovar a capacidade de ampliação e fortalecimento do poder de pressão, mobilização e conquistas para a categoria. Tudo isto, pautando-se numa percepção de classes engajadas nas batalhas mais densas da sociedade pernambucana, tendo como mote o comprometimento com as bandeiras levantadas e defendidas pelo CNTE e CUT (Sintepe, 2023).

É importante destacar que o Sintepe tem como uma de suas principais bandeiras de luta, o direito por uma escola pública e de qualidade, sendo esta indispensável para

a formação de uma sociedade menos desigual. Além de outras lutas, como defender as reivindicações referente ao piso salarial e melhores condições de trabalho para categoria.

Em tempos de informações desencontradas (*Fake News*), o sindicato da categoria vem acompanhando de perto as ações do governo estadual e intervindo quando é necessário. Outra característica fundamental, é buscar desmistificar algumas informações e fazer com que essas informações alcancem todas as regiões do Estado.

Esse é o papel do sindicato atuante e que representa de fato a sua categoria. A nota do SINTEPE destaca o protagonismo da categoria e a importância da instituição enquanto representante dos profissionais da Educação em Pernambuco nas conquistas de seus direitos.

O Sintepe realizou reunião com o Governo do Estado na manhã desta quarta-feira, 1º de junho, para tratar do Projeto de Lei que vai instituir o Valoriza Educação. Este programa é financiado com recursos do Fundeb Permanente, resultado de uma luta histórica dos trabalhadores e trabalhadoras em educação e da sociedade, para garantir mais recursos para a manutenção, o desenvolvimento da educação pública e a valorização profissional. O Novo Fundeb instituiu o aumento de 70% dos recursos financeiros para valorização profissional e o aumento da contribuição da União nos depósitos ao fundo. O Fundeb é um fundo que recebe recursos dos municípios, estados e União e que, depois, repassa esses recursos para os entes federados de acordo com o número de matrículas nas redes públicas de ensino (Sintepe, 2023).

O SINTEPE é um dos maiores sindicatos do Estado de Pernambuco e conta com uma categoria atuante e de um forte poder de mobilização. A página digital¹¹ do sindicato é alimentada quase que diariamente com temas e informações que são necessárias para toda categoria. Um outro aspecto de grande relevância, são os cursos de formação sindical e os periódicos: revista Educar e revista Matria.

De certa forma, esses espaços buscam a interação e o incentivo à produção acadêmica junto a categoria. A figura 9 apresenta uma assembleia da categoria no dia 05 de julho de 2023, e como pauta principal a luta pelo respeito à Lei 11.738¹² de 16 julho de 2008 que garante o piso da categoria. A figura 9 registra o exato momento onde a categoria reivindica o reajuste de R\$14,95 para todos os funcionários da educação ativos e inativos do Estado de Pernambuco, e ratifica com a deflagração de uma greve.

¹¹ [Notícias - SINTEPE DIGITAL](#)

¹² [L11738 \(planalto.gov.br\)](#)

Figura 9 – Membros do SINTEPE em assembleia reivindicando reajuste para os funcionários da educação



Fonte: Brasil de Fato¹³(2023).

2.3 O ENSINO MÉDIO E O CURRÍCULO DE PERNAMBUCO

A elaboração do “Novo” Ensino Médio, efetivada pela Lei nº 13.415/2017, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelecendo mudanças significativas na estrutura do Ensino Médio.

Somado a essas mudanças, o Currículo de Pernambuco (2021), fica evidente o forte teor tecnicista, ou seja, o objetivo do sistema de Educação é produzir mão de obra para atender às necessidades do mercado.

Setores do segmento privado apresentam total interesse na efetivação desse projeto de educação para o país, as autoras Domiciano e Adrião, em entrevista para a Revista *Coletiva* da FUNDAJ, comentam esse interesse.

No aspecto relacionado ao financiamento, a Lei 13.415/2017 incluiu a “formação técnica e profissional” entre as distinções dos fatores de ponderação (multiplicadores que diferenciam os valores aluno-ano a serem repassados a estados, distrito federal e municípios) para distribuição dos recursos do “velho” Fundeb (Inciso XVIII, Art. 10) e trouxe, no Novo Fundeb (Fundeb permanente instituído pela Emenda Constitucional nº 108/2020 e regulamentado pela Lei 14.113/2021), a partir da alteração da lei regulamentadora (Lei 14.276/2021), a possibilidade de repasse de recursos às entidades paraestatais do chamado sistema S (Serviço Nacional de Aprendizagem; Serviço Social da Indústria; Serviço Social do Comércio; Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo; Serviço Social do Transporte). Isso foi possível na medida em que permitiu o cômputo das matrículas dessas entidades na modalidade técnica profissional articulada ao Ensino Médio e de aquelas relativas aos

¹³ [Após reajuste que beneficia apenas 32% da categoria, | Política \(brasildefato.com.br\)](https://brasildefato.com.br)

itinerários formativos (BRASIL, 2021), dividindo, com isso, os recursos da educação com esses entes privados, além de induzir e estimular a disputa pelo fundo público (Domiciano; Adrião, 2022, p. 01).

Com a reforma é necessário criar uma estrutura para atender essas novas mudanças, inclusive, criar uma narrativa que suavize ou ilustre as “novas transformações” em seus vários aspectos. Um bom exemplo disso é a utilização do termo “flexibilização”. Em um de seus significados no dicionário online de Português, ele remete o indivíduo a algo “dócil”, “maleável”, ou seja, o sujeito se adapta a situação de forma passiva.

E essa concepção de “flexibilidade” não vai ficar restrita apenas ao pedagógico, vai ser expandida em vários outros aspectos, inclusive na relação de trabalho. A própria Lei nº 13.415/2017, estabelece que profissionais reconhecidos pelos respectivos sistemas de ensino e os chamados notório saber estejam regulamente habilitados para a docência nas redes de ensino. O Art. 6º da Lei nº 13.415/2017 altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passando a vigorar no inciso IV com a seguinte alteração.

IV – profissionais com notório saber reconhecido pelo respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36; V – profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação (Brasil. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017).

O precedente estabelecido pelo inciso IV da Lei nº 13.415/2017, é bastante perigoso e, de certa forma, busca uma alternativa irresponsável para solucionar a carência da formação de professores para lecionar na educação básica do país. É perigoso porque os critérios apontados no inciso IV não são consistentes para reconhecer a experiência ou medir o conhecimento de um indivíduo em uma determinada área do conhecimento. E, por outro lado, de forma negligente o país faz uma “gambiarra” para atender de forma imediata a demanda de professore/as nas escolas brasileiras no âmbito da educação básica.

Com a implementação da Lei 13.415/2017, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), o currículo do Ensino Médio será composto por uma parte denominada de Formação Geral Básica (FGB), esse segmento sendo lincado

com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o período restante será preenchido pelos Itinerários Formativos (IF). Para a organização curricular e sua oferta, será levado em consideração o contexto local.

Todavia, essa formulação vai demandar um tempo maior do estudante na Escola. Sendo assim, a Lei 13.415/2017, torna obrigatório a ampliação da carga horária total para 3.000 (três mil) horas até o início do ano letivo de 2022. Essa mudança específica fica expressa na atualização proposta pela Resolução Nº 3, de 21 de novembro de 2018,

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM); considerando que, no máximo, 1.800 (mil e oitocentas horas) são destinadas a FGB – referente às competências das áreas do conhecimento, apresentadas na BNCC (2018) – e 1.200 (mil e duzentas) horas restantes correspondendo aos estudos e práticas dos Itinerários Formativos (IF), ou seja, representam uma parte importante e significativa para a formação das juventudes brasileiras (Pernambuco, 2021, p. 57).

A flexibilidade se apresenta desde a estrutura do próprio currículo. A aprendizagem flexível surge como uma das expressões do projeto pedagógico da acumulação flexível, cuja lógica continua sendo a distribuição desigual do conhecimento, porém com uma forma diferenciada (Kuenzer, 2017, p. 338).

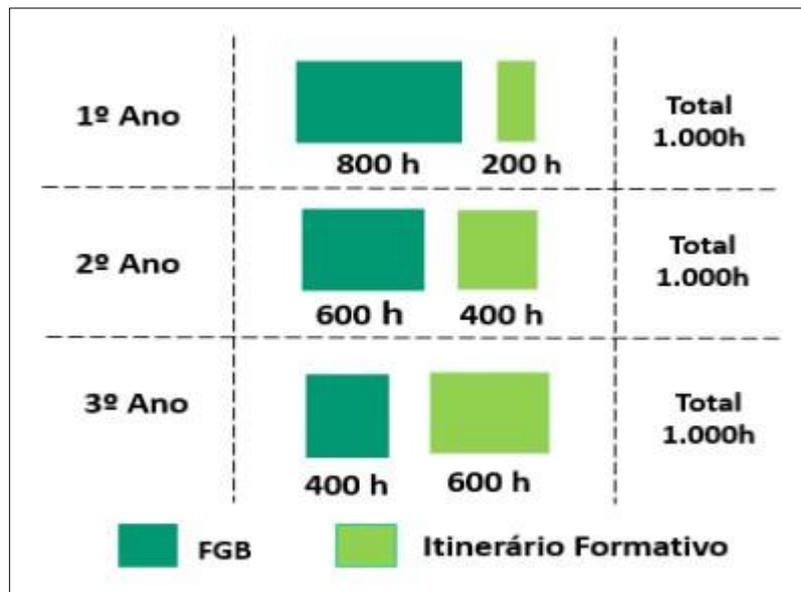
Os primeiros anos são estruturados com a rigidez do currículo da Formação Geral Básica, com uma maior carga horária 800h e os Itinerários Formativos com 200h. Com o passar dos anos, esses números de horas vão se alternando. Ou seja, no último ano do Ensino Médio, o aluno vai cumprir uma carga horária de 400h do currículo de Formação Geral Básica e 600h do Itinerário Formativo. Porém, a carga horária final de cada ano cumpre um total de 1.000h (Figura 10).

A Formação Geral Básica (FGB) é formada por 04 (quatro) áreas do conhecimento. São elas: Linguagens e suas tecnologias (Artes, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa); Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias (Biologia, Física e Química); e, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Filosofia, História, Geografia e Sociologia). Para cada área a BNCC formulou competências e habilidades e seus conhecimentos são relativos aos componentes de suas respectivas áreas.

Segundo o Currículo de Pernambuco para o Ensino Médio, no que tange a Formação Geral Básica (FGB), o Estado de Pernambuco optou por esta distribuição por entender que dessa forma é possível fortalecer com uma maior carga horária os

primeiros anos do Ensino Médio, sendo assim, contribuir para uma maior integração, já que o primeiro ano do Ensino Médio é um momento em que o aluno inicia uma nova etapa. A proposta é permitir que as habilidades desenvolvam uma articulação entre os componentes, desta maneira, o objetivo é a efetivação das aprendizagens apontadas nas competências de suas respectivas áreas do conhecimento.

Figura 10 – Distribuição da carga horária do “NOVO” Ensino Médio em Pernambuco



Fonte: Currículo de Pernambuco (2021, p. 58).

Tratando dos Itinerários Formativos, segundo o Currículo de Pernambuco, são 05 (cinco) os Itinerários formativos: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica Profissional. Os Itinerários formativos têm como objetivos promover, segundo o documento, um aprofundamento em relação à FGB. Esse aprofundamento que consta no Currículo de Pernambuco, é denominado de “trilha”, é chamado assim, porque é caminho que o aluno pretende fazer de acordo com a sua escolha. Essas trilhas podem ser percorridas em umas das áreas do conhecimento, de forma integrada e/ou uma trilha de formação técnica.

Como parâmetro para a elaboração do Itinerário Formativo, foram utilizadas as DCNEM, seguindo essa referência o MEC elaborou a portaria Nº 1.432/2018, que estabelece que o Itinerário Formativo deve ser organizado com mais eixos em sua estrutura. Sendo assim, tem-se os seguintes eixos: Investigação Científica, Processos

Criativos, Mediação e Intervenção Cultural e Empreendedorismo. Esses eixos devem interagir entre as disciplinas permitindo que os estudantes desenvolvam suas habilidades contribuindo para uma perspectiva de compreensão de um mundo melhor.

O documento oficial produzido pelo Estado de Pernambuco, denominado de Currículo de Pernambuco do Ensino Médio 2021, aponta a dimensão da organização e estrutura de todo Ensino Médio em Pernambuco.

A elaboração posterior do Currículo do Ensino Médio ocorreu em função de mudanças determinadas pela Lei 13.415/2017, que promoveu a Reforma do Ensino Médio. A lei impôs a necessidade de uma reorganização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destinada a essa etapa de ensino, que vinha sendo construída na perspectiva de organização por componentes curriculares, como a do Ensino Fundamental, e passou a ser pensada a partir de uma nova perspectiva composta de duas partes indissociáveis: (1) Formação Geral Básica (FGB) estruturada por área de conhecimento e (2) Itinerários Formativos (IFs) que dialogam com as expectativas e interesses dos estudantes, contribuindo para seus projetos de vida (Pernambuco, 2021, p. 15).

Segundo o próprio documento, a sua elaboração se deu a partir de uma ampla consulta e constantes debates até a sua formulação final. Inclusive, o documento frisa em sua introdução que o diálogo caracterizou a elaboração do currículo. Ou seja, o documento enfatiza que a sua elaboração foi marcada por um “processo amplo de diálogo com a sociedade” e para isso a Secretária de Educação viabilizou os mecanismos. Nesse período as escolas em Pernambuco e no Brasil, tiveram que realizar adaptações por conta da pandemia do COVID-19.

Esse é um dado importante, assim como as aulas tiveram que se adaptar as rotinas *on-line*, foram assim com as reuniões e formações proporcionadas pela Secretaria de Educação e Esporte do Estado. Ou seja, em termos quantitativos, o alcance da participação dos envolvidos na elaboração do documento que corresponde hoje ao currículo de Pernambuco, é bastante interessante. Todavia, se for avaliar a qualidade da participação, já não se pode dizer a mesma coisa, isso porque as ferramentas virtuais limitam e não proporcionam a amplitude que seria necessário para a realização de um debate dessa grandeza.

O MEC representado pelo Ministro da Educação Mendonça Filho, em parceria com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), organizaram e mobilizaram em todo território nacional a comunidade escolar com o intuito de estabelecer o dia “D” da

BNCC. As mobilizações desenvolvidas pelo MEC tiveram suas limitações. O modo acelerado para aprovar e implementar o quanto antes a BNCC não levou em consideração questões básicas de um país que apresenta dimensões continentais e os mais diversos e complexos problemas em sua estrutura educacional.

Essa mobilização nacional não levou em consideração as escolas mais afastadas dos centros urbanos. Escolas localizadas em regiões ribeirinhas, quilombolas, nas regiões de mata etc. A participação ficou bastante comprometida no que se refere às informações e debates referentes a implementação e até a própria formulação da BNCC.

Em Pernambuco, considerando o prazo determinado pela lei 13.415/2017, a implementação do “Novo” Ensino Médio iniciou no ano de 2022, nas turmas do 1º Ano. A partir desse ano as escolas da rede que ofertam o Ensino Médio ampliaram suas cargas horárias. Na tentativa de tornar público o debate referente ao currículo de Pernambuco, a secretária de educação divulgou uma versão preliminar do currículo de Pernambuco para o Ensino Médio, inclusive, convocando toda sociedade civil para contribuir na elaboração do Currículo. A versão preliminar ficou disponível em uma plataforma para sugestões e modificações até o dia 31 de março de 2020 (Figura 11).

Era necessário realizar um cadastro para receber o acesso e participar com suas contribuições. O participante se defrontava com um texto introdutório do currículo

Figura 11 – Cartaz de divulgação da versão preliminar para consulta pública do Currículo de Pernambuco



Fonte: Portal Consed (02/08/2023).

e dos demais componentes curriculares. O cidadão ao participar tinha a opção de aceitar, modificar e sugerir cada item.

Mesmo que com todas as limitações proporcionadas pelos meios digitais, essa alternativa foi amplamente divulgada pelos órgãos do governo e, em especial, a Secretária de Educação. Apresentar e/ou associar uma imagem democrática ao projeto era necessário devido às mobilizações e organizações de classes, sindicatos e o movimento estudantil que lutaram contra essa forma autoritária de implementação de um projeto sem a realização de debates necessários, essa foi a forma utilizada pelo Presidente Michel Temer e seu Ministro da Educação Mendonça Filho e replicado pelo governo do estado de Pernambuco.

Dessa maneira, para a construção do currículo foram utilizados como referências documentos nacionais e locais, como exemplo as Diretrizes Atualizadas Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018), os Parâmetros Curriculares de Pernambuco (2012), a Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio (2018) e os Referenciais para Elaboração dos Itinerários Formativos (Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018).

No Currículo de Pernambuco fica bastante evidente o diálogo com a BNCC, o documento normativo é voltado para a formação integral do estudante, o que vai de acordo com essa perspectiva de sistema de educação a partir das reformas realizadas no “novo” Ensino Médio. Sendo assim, o currículo de Pernambuco, exporta as 10(dez) competências gerais da BNCC e se apresenta como um referencial na perspectiva de orientar toda comunidade escolar (gestores, técnicos, professores e estudantes) no Ensino Médio.

As competências definidas no documento da BNCC serão apresentadas para nortear o processo de aprendizagem, dividida em seis competências específicas que problematizam a elaboração de hipóteses, composição de argumentos com bases de dados de natureza quantitativa e qualitativa; atores sociais; povos e sociedades; formas de organização e política; as relações de trabalho; os significados da produção de sua cultura material e imaterial e suas linguagens; estimulando o respeito às diferenças (linguísticas, culturais, religiosas, étnico-raciais), dentre outros.

A BNCC, no que se refere ao Ensino Médio dentro da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade

de estabelecer diálogos, por isso, as habilidades são relativas ao domínio de conceitos e metodologias próprias dessa área. Portanto, mesmo que outras disciplinas das Ciências Humanas tratem de fenômenos sociais, a Sociologia tem especificidades que a tornam insubstituível no Ensino Médio. Os diversos métodos e conhecimentos ensinados são o resultado de teorias, conceitos e perspectivas compreendidos de formas específicas e diferentes dos métodos utilizados nas outras disciplinas.

Uma outra característica, é o caráter genérico do documento, pois ele não busca tratar as questões de forma aprofundada, no entanto, aponta as demandas que devem ser alcançadas. O forte apelo para a elaboração de uma narrativa voltada para o que é “novo” é melhor, é moderno. Freitas (2018), aponta o processo de precarização como fazendo parte do projeto dessa “Nova Direita”.

A “Nova Direita” e seus aliados passam a implantar um conjunto de reformas que desestruturam a luta dos trabalhadores e colocam novos marcos de precarização da força de trabalho, ao mesmo tempo que recompõem as garantias do processo de acumulação (Freitas, 2018, p. 22).

Este projeto cria um “novo” profissional, neste caminho, o individualismo cria para si uma narrativa na qual se vê como parte do mercado e, portanto, competindo com seus semelhantes pelo próprio sucesso, que só dependeria dele mesmo (Freitas, 2018), um Professor antenado com as mudanças contemporâneas, mas que segue fielmente as regras da “cartilha”, a BNCC ou os conteúdos formulados pelas empresas de material didático. No item 1.7 da Formação de Professores, é descrita as características desse “novo” profissional.

As exigências cada vez mais complexas da sociedade, constituídas no tocante ao acesso, domínio e produção do conhecimento, questionam a escola quanto às suas funções e a desafiam no sentido de se transformar constantemente, a fim de que o seu papel social seja cumprido. Consequentemente, essas exigências requerem professores cada vez mais engajados e competentes profissionalmente para responderem a elas (Pernambuco, 2021, p. 26).

As questões pertinentes às condições de trabalho, salário digno, reconhecimento de suas carreiras etc., não são citadas, portanto, para essa proposta as velhas demandas não interessam ou não influenciam na realização das ações profissionais, no dia-dia da Escola.

A Escola é um setor importante para a manutenção e dominação das elites burguesas, ou seja, funcionários não valorizados, que não têm o mínimo de estrutura para a realização de suas tarefas, dessa forma, como podem exercer suas funções com maestria? Percebe-se a discrepância quando uma escola atende as classes operária e quando são mostrados os números de uma escola que atende setores da classe média. A partir destes exemplos apontados, a escola funciona como um instrumento segregador conduzindo o indivíduo para a sua determinada classe ou posição na esfera social na qual está inserido.

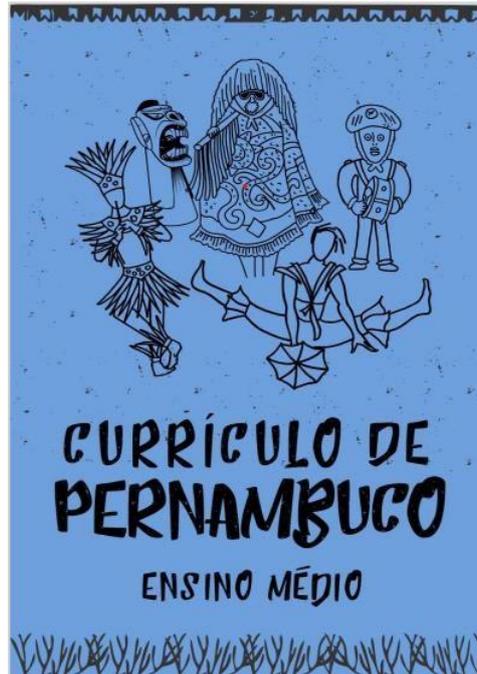
3.4 A Sociologia do Novo Ensino Médio em Pernambuco

O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica no Currículo de Pernambuco, se apresenta com três focos principais, são eles:

1. a possibilidade de intervenção no mundo do trabalho;
2. aprimorar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental; e
3. o fortalecimento da autonomia e do protagonismo dos estudantes.

A área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, enquanto área do conhecimento do Ensino Médio, pretende desenvolver nos estudantes as habilidades de interpretação das relações históricas em vários contextos. A figura 12 ilustra a capa do documento elaborado pela Secretaria de Educação de Pernambuco em 2021.

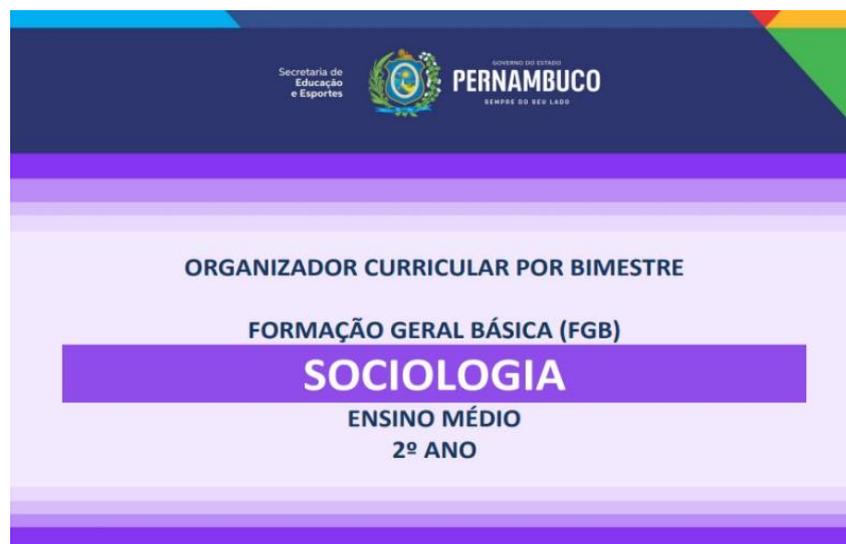
Figura 12 – Capa do Itinerário Formativa de Pernambuco (Ensino Médio)



Fonte: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco – SEE/PE (2021).

O próprio documento apresenta uma cessão denominada de organizador curricular (Figura 13) que apresenta três campos: Habilidade da Área da BNC; Habilidade Específica dos componentes; e, Objetivo do Conhecimento. Uma outra característica que esse documento apresenta é que ele concentra toda disciplina de Sociologia no 2º ano com duas aulas por semana.

Figura 13 – Capa do organizador curricular de Sociologia (Ensino Médio)



Fonte: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco – SEE/PE (2022).

Na elaboração desse documento, denominado de organizador curricular de Sociologia, ficam pré-estabelecidas as habilidades relativas à área da BNCC, habilidades específicas do componente e os objetos do conhecimento que precisam ser atingidos pelos discentes.

Sendo assim, o currículo de Pernambuco, apresenta uma parte referente à Formação Geral Básica, comum para todos os estudantes em consonância com a BNCC, desta forma, a partir da proposta da BNCC as habilidades e competências corroboram com as habilidades específicas dos componentes curriculares de Pernambuco. Ainda sobre a Formação Geral Básica:

O Currículo de Pernambuco para o Ensino Médio foi construído para permitir que as habilidades favoreçam a articulação entre os componentes curriculares, considerando a área e garantindo a contribuição específica de cada uma, objetivando a efetivação das aprendizagens previstas nas competências das áreas. Essas habilidades estão relacionadas às tradições de produção dos componentes curriculares, tomando como referência seus objetos de conhecimento, métodos e técnicas, sem perder de vista a integração, o diálogo e a complexidade da relação com o aprendizado (Pernambuco, 2021, p. 60).

A Sociologia representa um campo específico das ciências sociais, que é um espaço de diálogo entre as disciplinas das ciências humanas e sociais aplicadas legitimadas pelas reformas do Ensino Médio pela Lei (13.415/2017) e pela BNCC (2018). A disciplina no Currículo de Pernambuco é apresentada como uma ferramenta de análise dos fenômenos sociais no mundo e suas ocorrências no cotidiano.

De acordo com a BNCC-EM (2018) a área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas encontra-se organizada a partir de eixos estruturantes, mais precisamente, em seis blocos que são chamados de Unidade Temáticas dentro das áreas de conhecimento. Dessa forma, as habilidades e competências podem ser trabalhadas de forma integrada. O quadro 2 mostra os seis eixos que correspondem as unidades temáticas.

Essa estrutura em Unidades Temáticas, tem o objetivo de formular todos os planejamentos das disciplinas que correspondem a essa área do conhecimento, de maneira que as questões sejam estudadas de forma genérica, mas que desenvolva um diálogo com as outras disciplinas relativas às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Os itinerários formativos, de acordo com as DCNEM, são:

[...] cada conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas instituições e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho de forma a contribuir para a construção de soluções de problemas específicos da sociedade (Brasil, 2018).

Os Itinerários Formativos correspondem ao setor do currículo denominado por trilhas de aprofundamento, em uma determinada área do conhecimento e/ou podendo ser em áreas integradas do conhecimento. Segundo o próprio documento, os Itinerários Formativos têm por objetivo promover o aprofundamento e a ampliação das aprendizagens dos estudantes em relação à FBG (Pernambuco, 2018).

Em consonância com as DCNEM, o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu os Referenciais para elaboração dos Itinerários Formativos, através da portaria nº 1.432/ 2018, que estabelece que os Itinerários devem ser organizados em torno de um ou mais dois eixos estruturantes a seguir: Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo (Pernambuco, 2021, p. 61).

Sendo assim, é necessário que os estudantes façam a escolha de uma das trilhas de aprofundamento, o objetivo das trilhas é aprofundar e ampliar o leque de seus conhecimentos. Dessa forma, os eixos estruturantes dos Itinerários Formativos, buscam relacionar-se com os outros eixos. Segundo o próprio currículo de Pernambuco, essa perspectiva busca instigar a autonomia do discente na realização de seus projetos de vida.

A grade destinada aos Itinerários Formativos encontra-se distribuída em tipos distintos de unidades curriculares que são: obrigatórias, optativas, eletivas e projeto de vida. (Pernambuco, 2021). As Unidades Obrigatórias encontram-se dentro da área temática a partir das escolhas realizadas pelos estudantes por todo percurso no Ensino Médio. Na Unidade Obrigatória, são abordados conceitos e conhecimentos que potencializam os estudantes a realizarem as suas reflexões referentes aos problemas epistemológicos, social, cultural, de uma ou mais área de conhecimento.

As Unidades Optativas deverão ser escolhidas pela escola a partir de um catálogo de opções proporcionada pela Secretária de Educação e Esporte de Pernambuco. As Unidades Curriculares Eletivas buscam expandir os conhecimentos do estudante e não, necessariamente, precisam estar relacionadas com alguma área do conhecimento escolhida por ele.

Quadro 2 – Competências Específicas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – CHSA

Competências Específicas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – CHSA, da BNCC (2018)	
1	Analisar os processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando os diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
2	Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos estados – nações.
3	Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vista à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socio ambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
4	Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades
5	Identificar e combater as diversas formas de injustiças, preconceitos e violência, adotando os princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
6	Participar dos debates públicos de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Fonte: BNCC (2018). Com modificações.

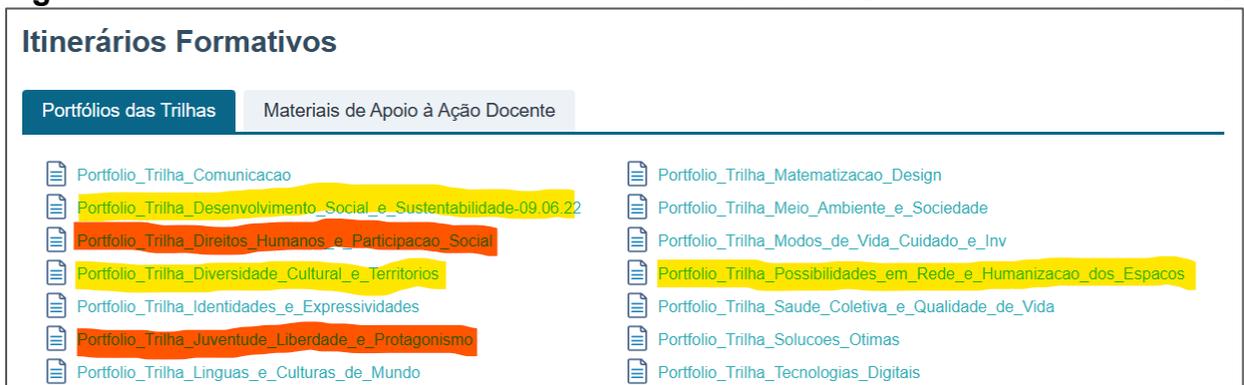
As Unidades Eletivas não apresentam uma proposta rígida, elas devem ser proporcionadas pela escola levando em consideração os interesses dos educandos e a formação dos professores. A Unidade Curricular de Projeto de Vida apresenta uma proposta mais voltada para desenvolver o lado relativo ao autoconhecimento, pois incentiva o aluno a refletir sobre a sua vida, estimulando-o a fazer escolhas e a tomar decisões. Sendo assim, esse arco de “opções” é transformado em escolha para o educando, e que o seu sucesso da vida depende única e exclusivamente de suas escolhas. Para Domiciano e Adrião (2022), não é bem uma “escolha”, outros fatores podem influenciar na proposta da disciplina ofertada pela escola.

A Reforma de 2017 insere, fantasiosamente, o elemento da “escolha” da/do jovem na construção de sua trajetória formativa por meio dos itinerários, escolha limitada pela capacidade que os sistemas públicos de ensino têm de disponibilizar os cursos, pela classe social a qual a/o jovem pertence, pela localidade onde reside (que pode obstaculizar a mobilidade para a escola que oferta o curso que deseja realizar), entre outros fatores (Domiciano; Adrião, 2022, p. 08).

Diferente do currículo da Formação Geral Básica, as Unidades Curriculares dos Itinerários Formativos, sendo trabalhadas anualmente, terão a duração de um semestre. Os Itinerários Formativos, segundo o próprio Currículo de Pernambuco, buscam aprofundar conhecimentos e reformar a proposta de interdisciplinaridade. Todavia, dada as condições estruturantes e uma série de outros fatores, essa proposta torna-se quase que inviável na educação pública brasileira se for levado em consideração, entre outras coisas, a realidade do público pernambucano.

No portfólio apresentado pela SEE/PE, existem 14 (quatorze) propostas de Itinerários Formativos, dessas, 05 (cinco) estão relacionadas com a área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, sendo três propostas integradas com outras áreas do conhecimento: Desenvolvimento Social e Sustentabilidade (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas + Ciências da Natureza e suas Tecnologias); Diversidade Cultural e Territórios (Linguagens e suas Tecnologias + Ciências Humanas e Sociais Aplicadas); e, Possibilidade em Redes e Humanização dos Espaços (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas + Matemáticas e suas Tecnologias), estas estão destacadas em amarelo na figura 14.

Figura 14 – Itinerários Formativos



Fonte: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco – SEE/PE (2023).

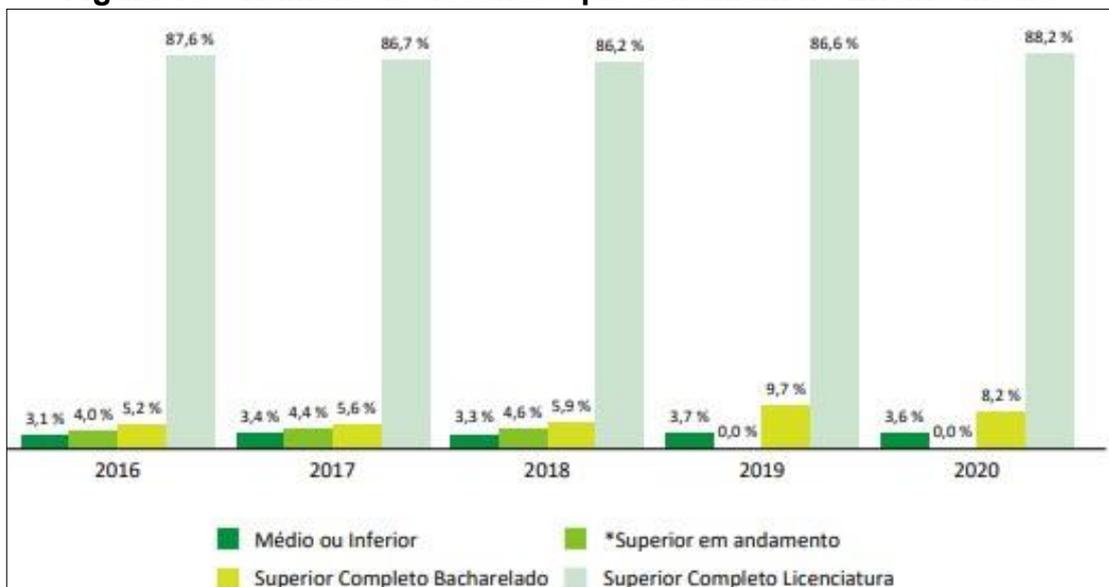
Porém, entre essas 5 (cinco) trilhas, há 2 (duas) que apresentam as características exclusivas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (destacadas em

vermelho na figura 14). São as seguintes trilhas: Direitos Humanos e Participação Sociais (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e a trilha Juventude, Liberdade e Protagonismo (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas).

É importante destacar que os Itinerários Formativos de Pernambuco foram apresentados de forma *on-line*. O I *Webinar* – Itinerários Formativos de Pernambuco¹⁴, foi realizado pelo canal de *Youtube* da SEE/PE no dia 31 de agosto de 2020. Essa atividade contou com as presenças do Secretário de Educação, na época Fred Amâncio, e a secretária de desenvolvimento da Educação, a Professora Ana Selva, além da convidada para realizar a palestra, Katia Smole, Diretora do Mathema e do Instituto Reúna.

No que se refere aos docentes que trabalham no Ensino Médio, de acordo com o censo escolar da rede básica de 2020, a rede conta com um total de 18.157 Professores e Professoras; desse total, 96,4% têm o nível superior completo (88,2% em grau acadêmico de licenciatura e 8,2% de bacharelado (Figura 15). Em um país onde existe um alto índice de pessoas desempregadas, milhares estão na informalidade e, aumenta a cada dia o número de trabalhadores que se submetem a contratos temporários, sem garantias trabalhistas e com longa jornadas de trabalho.

Figura 15 – Número de docentes que trabalham no Ensino Médio



Fonte: Censo Escolar de Pernambuco (2020).

¹⁴ [\(238\) I WEBINAR - ITINERÁRIOS FORMATIVOS DE PERNAMBUCO - YouTube](#)

A breve descrição da rede estadual de educação de Pernambuco permite perceber a complexidade de implementar e, ao mesmo tempo, compreender como implementar uma política pública como a Reforma do Ensino Médio no contexto que engloba congelamento de recursos. No período do presidente golpista Michel Temer, em meados de 2018, foi aprovada a PEC 55/2016, que ficou conhecida como a famigerada “PEC do fim do mundo” com o objetivo de limitar os “gastos” públicos pelos próximos vinte anos atingindo principalmente os setores sociais, entre eles a educação.

No bojo das reformas que atacavam principalmente os setores sociais do país, observa-se no decorrer dos anos, pós aprovação da PEC 55/2016, uma significativa diminuição dos concursos públicos. As chamadas seleções simplificadas foram se tornando rotina nos Municípios e Estados da Federação. Essa é uma forma de burlar a lei, é uma prática descabida da precarização do trabalho docente, essa conduta vulgariza a relação de trabalho do docente. Somado a isso, a pandemia de COVID-19 (2020) e outros aspectos da educação pública, pode comprometer ainda mais a qualidade da educação dos jovens.

O Professor Luiz Carlos de Freitas (2018), avalia que este tipo de reforma buscar agradar determinados setores privatistas, elaborando um documento que em sua essência é excludente, porém, apresenta características agregadoras.

A reforma empresarial costuma argumentar que a “base” pode ser modificada nos Estados, incluindo outros conteúdos, no entanto, isso é enganoso. Primeiro, porque não há educação de tempo integral cuja a escola permita aos estados irem além do básico em escala significativa de escolas, segundo, porque há um sistema de avaliação nacional que é construído sobre o que está definido como “básico”, e dessa forma o que for acrescentado pelos estados não é incluído nas avaliações nacionais (Freitas, 2018, p. 84).

Portanto, essa reforma potencializa um abismo que existe na educação brasileira. A Sociologia é marcada por uma trajetória de presenças e ausências no currículo escolar no Brasil, o que se relaciona diretamente com os projetos educacionais implementados. Em 2008, a Sociologia tornou-se disciplina obrigatória em todas as séries do Ensino Médio, o que perdurou até 2017, quando houve uma perda desta obrigatoriedade com a Reforma do Ensino Médio.

A Sociologia da Educação expandiu significativamente seu campo de pesquisa nos últimos anos e, conseqüentemente, as suas áreas de atuação, ao ponto de se consolidar como uma área fundamental para as Ciências Sociais no Brasil. Alguns fatores contribuíram para esse crescimento e o ano de 2008 crava um marco

importante, não por acaso, pois esse é o ano que entra em vigor a Lei 11.684, de 2 de junho de 2008, que altera a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, tornando obrigatórias as disciplinas de Sociologia e Filosofia.

É importante destacar os movimentos sociais e as organizações estudantis, a mobilização de Professoras e Professores em todos os níveis de ensino que, somando forças com o movimento estudantil, potencializaram um engajamento importante para avançar com as alterações necessárias na Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB), para tornar a Sociologia uma disciplina obrigatória no Brasil.

É bastante relevante o número de produções elaboradas a partir de 2008, quando a Lei 11.684 passou a vigorar no país. É importante ressaltar que com o surgimento e a ampliação do programa de Mestrado Profissional (PROFSOCIO), a produção de dissertações voltadas para a área da Sociologia da Educação foi potencializada.

No entanto, é fato o retrocesso com a reforma do Ensino Médio (2017) e a promulgação da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (2018), quando a disciplina de Sociologia deixa de ser obrigatória no currículo escolar. Assim, desde o processo de proposições e debates da BNCC e depois com sua promulgação, existe um debate travado por Professoras/es de Sociologia em torno do entendimento do lugar da Sociologia no Ensino Médio e a BNCC tal como aprovada não atende às necessidades didáticas e pedagógicas indispensáveis para a aplicação da disciplina nessa etapa da educação.

3 O CAMINHAR DA PESQUISA

O ensino de Sociologia na educação brasileira contemporânea contou com algumas especificidades, um desses fatores pode ser o seu grau de criticidade e reflexões sociais presentes na disciplina.

Sendo assim, a trajetória da disciplina de sociologia foi bastantes sinuosa. As instabilidades políticas e sociais que o Brasil passou durante a sua história influenciou em sua permanência no currículo brasileiro. O autor Amurabi Oliveira (2013), retrata alguns desses episódios ainda no início do século passado.

O que vislumbramos neste cenário é que a introdução da Sociologia se deu em meio a um processo contraditório e sua própria consolidação por meio da Reforma Francisco Campos, que a introduz como obrigatória no segundo ano dos cursos complementares, voltado para formação das elites que buscavam ingresso nos cursos superiores se deu em meio a um contexto dúbio. Essa situação de contradição seguiu-se sobre a égide do mesmo governo, o de Vargas, de uma reforma responsável pela retirada da Sociologia dos currículos escolares, o que ocorreu em 1942 com a reforma Capanema desenvolvido durante o denominado Estado Novo (Oliveira, 2013, p. 182).

É importante ressaltar todo o processo de elaboração e os eventos políticos que aconteceram no Brasil nos últimos anos, em destaque para o golpe (2016), quando a Presidenta Dilma Rousseff eleita pelas vias democráticas foi deposta por uma articulação de setores conservadores em conluio com a extrema-direita. Esse foi um fator determinante para setores alinhados com esse projeto de sociedade avançar com suas pautas conservadoras. A consequência disso foi um pacote de reformas que atingiram principalmente setores e políticas sociais que foram conquistadas com muita luta pela classe trabalhadora desse país.

As reformas educacionais que vieram nesse bojo buscavam atender os interesses empresariais, subtraindo direitos dos educandos e massacrando os trabalhadores e trabalhadoras da Educação de uma forma geral. Com a efetivação dessas reformas no âmbito federal, iniciou nos Estados suas respectivas reformas para adequar com as mudanças ocorridas no âmbito Nacional.

Analisar a reforma do Ensino Médio e sua implementação em Pernambuco, tendo como foco a flexibilização da disciplina de Sociologia. O objetivo geral do presente estudo foi analisar o lugar da Sociologia e seus conteúdos nos Itinerários

Formativos do Ensino Médio no Currículo de Pernambuco a partir da reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular.

A pesquisa buscou compreender os reflexos da reforma do Ensino Médio e a elaboração da BNCC – EM no âmbito Nacional e como se deu esse processo em Pernambuco e como isso vai influenciar na produção do próprio Currículo de Pernambuco. No decorrer da pesquisa buscou-se analisar o processo de “flexibilização” da disciplina de Sociologia e os Itinerários Formativos do Ensino Médio no Currículo de Pernambuco a partir da reforma do Ensino Médio e BNCC-EM. Os autores Silva e Alves Neto (2020), definem essa movimentação da disciplina de Sociologia como uma simples mudança de status.

Como havíamos afirmado desde o início, a sociologia não foi excluída do novo Ensino Médio e da BNCC de 2018. Entretanto, ela muda de status. Ela não tem lugar e carga horária definidas. Ela aparece na lei como “Estudos e Práticas de Sociologia”. Assim, a nova gramática interna do discurso pedagógico governante não destaca o currículo de coleção e as disciplinas específicas. A pouca autonomia do campo de recontextualização pedagógica em relação ao campo de produção e ao campo do controle simbólico diminui, também, a autonomia das áreas de conhecimento e de seus componentes curriculares. Os professores de sociologia ainda presentes nas escolas e nas redes de ensino terão que repensar as justificativas e os modos de inserir nos processos de escolarização. A BNCC de 2018, a proposta vencedora, neste processo marcado por golpes políticos de governo, rupturas no pacto democrático geral e em particular na educação, não diz como a sociologia será organizada nas escolas, mas, no que ela diz em termos de competências e habilidades, promove uma verdadeira sociologização da área de ciências humanas e sociais aplicadas (Silva; Alves Neto, 2020, p. 278).

A hipótese da pesquisa é que o processo de “flexibilização” da disciplina de sociologia no currículo de Pernambuco foi ocasionado pela reforma do Ensino Médio e a efetivação da BNCC, a partir da segunda onda neoliberal (Freitas, 2018) na educação do Brasil.

Esta pesquisa tem caráter exploratório, por se tratar de um fenômeno em curso e desencadeado nos últimos dois anos (2019 – 2021). A BNCC do Ensino Médio foi promulgada em dezembro de 2018, portanto a produção acadêmica, abordando os resultados desde a sua aplicação ainda estão em elaboração. Rememorar as fontes e buscar uma maior familiaridade com o objeto de estudo é fundamental para identificar possíveis lacunas que existem dentro do processo de sua formulação, tendo em vista o pouco tempo de sua elaboração. Esse documento de caráter normativo definiu o

conjunto de aprendizagens denominadas essenciais que devem ser desenvolvidas com base nos conhecimentos, competências e habilidades.

Dessa forma, esta pesquisa se caracteriza como um estudo bibliográfico, pesquisa documental e pesquisa empírica (coleta de dados primários) a partir de uma abordagem qualitativa, descritiva e analítica. Assim, para a realização da pesquisa foi feito o levantamento dos documentos, a contextualização do processo de elaboração, aprovação e implantação da BNCC do Ensino Médio e, conseqüentemente, a reforma do Ensino Médio, mais especificamente, da rede de Pernambuco. Enviamos um questionário para a turma do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) de 2021 e para Professores e Professoras do grupo *WhatsApp* de formação das Competências Específicas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) da Regional Recife Sul. Essa consulta foi realizada através de um questionário semiestruturado no *Google Forms*, disponibilizados através dos grupos do *App* de mensagens *WhatsApp*.

A pesquisa também foi realizada nos sites oficiais da Secretaria de Educação de Pernambuco e do próprio Ministério da Educação. A coleta dessas fontes foram realizadas também em páginas virtuais (*sites*) de Universidades, Associação Brasileira de Educadores/as de Ciências Sociais (ABECS), Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), entre outras páginas que contribuíram com informações importantes para a realização o desenrolar da pesquisa.

São materiais de estudo os documentos oficiais produzidos no âmbito nacional e pela Secretaria de Educação de Pernambuco no período que corresponde aos debates para a implementação da Reforma do Ensino Médio. Iniciando a partir das fontes oficiais do Estado, instituições representantes de classes e de alguns autores e autoras que se debruçaram no tema para trazer à tona um debate que é fundamental para toda comunidade escolar.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE

O Novo Ensino Médio (NEM), reforma regulamentada pela Lei Federal nº 13.415/2017, tem sido alvo de intensos debates desde sua formulação até os dias atuais. O processo de implementação ocorreu em momentos distintos na política brasileira: durante o governo da Presidenta Dilma Rousseff, os setores progressistas, representados por sindicatos, movimentos estudantis e movimentos sociais, foram os principais atores nos debates. Com a efetivação do golpe em 2016, setores conservadores e de extrema-direita avançaram com projetos neoliberais

O discurso governamental pautado na flexibilização curricular e na possibilidade de escolha por parte dos/as jovens, baseada em aptidões, foi mote do novo currículo; atribui-se à escola de Ensino Médio um caráter atrativo e encantador, capaz de solucionar, aparentemente, deficiências do atual modelo. Essa roupagem escancarou, dentre outros aspectos, o alinhamento nítido entre formação da escola básica e as demandas mercadológicas, acentuando desigualdades regionais relacionadas à adequação das redes de ensino e suas condições físicas, financeiras e pedagógicas para a oferta do novo modelo (Lima; Gomes, 2022, p. 316 – 317).

O currículo é a questão central nas disputas do campo da educação e como tal se apresenta na reestruturação do Novo Ensino Médio (2017). O Conselho Nacional dos Secretários de Educação – Consed¹⁵, agrega os 26 Estados Nacionais e o Distrito Federal, sendo que 21 dos Estados da federação já possuem suas propostas de currículo atualizados com o projeto de Novo Ensino Médio, com o aval de seus respectivos Conselhos de Estaduais de Educação – CEE¹⁶.

A presente pesquisa analisou o processo de elaboração do Novo Ensino Médio (NEM) e a formulação dos Itinerários Formativos em Pernambuco. Para tanto, foi utilizado o método qualitativo (Minayo, 2006), no que se refere ao levantamento de

¹⁵ O Conselho Nacional de Secretários de Educação é uma associação fundada em 1986, que reúne as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal. Entre suas finalidades está a integração das redes estaduais de educação e a participação dos estados na construção das políticas nacionais, além da colaboração entre as unidades federativas. Por meio da Agenda da Aprendizagem, que a cada dois anos elenca os temas prioritários de sua atuação, o conselho também se organiza em Frentes de Trabalho. Nesses espaços, integrados por gestores e técnicos das redes, são discutidas soluções e compartilhadas boas práticas. A pluralidade de ideias é uma das marcas do Consed e o objetivo comum de seus integrantes é a Educação Pública de Qualidade. <https://www.consed.org.br/escoladeformacao.2023>.

¹⁶ Portal Consed (www.consed.org.br/escoladeformacao.2023).

informações a partir de um formulário semiestruturado produzido no *Google Forms* e em seguida, enviado ao App de mensagem *WhatsApp* de dois grupos específicos.

O primeiro deles foi o próprio grupo da turma PROFSOCIO 2021, esse nicho conta com 28 Professores e Professoras de regionais (GRE's) distintas: Recife Sul, Recife Norte, Metro Norte, Metro Sul e Agreste centro norte. O segundo nicho ou grupo de *WhatsApp* consultado foi o grupo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) da Recife Sul. Esse grupo é relativo a uma GRE específica que no caso é a Recife – Sul e o número total de participante é 144 Professores e Professoras, onde é importante destacar que essa é uma das maiores GRE do Estado e as formações propostas pela Recife – Sul são para Professores e Professoras do Ensino Médio, como também para os Professores e Professoras do Ensino Fundamental das séries finais.

Fundamentalmente, a pesquisa se debruçou em análise documental no que se refere a Lei nº 13.415, o censo escolar de 2021 em que foi investigada uma parte da produção documental disponibilizada nas páginas (sites) oficiais do governo. Essas fontes apresentaram a dimensão do aparato burocrático disponibilizado pelo estado para o processo de elaboração das reformas necessárias para atender o “Novo” Ensino Médio (NEM), e a nível estadual a produção dos Itinerários Formativos de Pernambuco. Também foram analisados o Currículo de Pernambuco 2021 e o Anexo – Portfólio de Itinerários Formativos de Áreas de Conhecimentos com o intuito de compreender a dinâmica desenvolvida da escolha até a implementação dos itinerários formativos.

No bojo das reformas administrativas iniciadas nos anos de 1990, no âmbito nacional, o estado com o intuito de atualizar a sua estrutura burocrática, busca surfar na “onda modernizante” soprada pelos ventos neoliberais da década de 1990. Esse movimento se avolumou na gestão do Governador Jarbas Vasconcelos.

Tal movimento de reformulação do Ensino Médio iniciou-se em 1998, durante a gestão do então governador Jarbas Vasconcelos (MDB/1998-2006), com a implantação do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano – CEEGP, e pode ser facilmente compreendido como a primeira fase da reestruturação. Na forma de projeto- -piloto, depois ampliado para dez outras unidades, o CEEGP foi o ponto de partida desse processo; sua organização ocorreu por meio de parceria firmada entre o governo do estado e o Instituto de Co-responsabilidade pela Educação – ICE, além de ter o apoio de diversos grupos empresariais, como Gerdau e Philips do Brasil. A atuação de tais corporações revelou os interesses, projetos em disputa e, de igual modo, as forças atuantes aglutinadas representando o empresariado ligado aos serviços educacionais nesse contexto (Lima; Gomes, 2022, p. 318 – 319).

O Ginásio Pernambucano, uma escola estadual localizada na rua da Aurora, no centro do Recife, fundada em 1825 é uma das escolas mais antigas do país. Essa escola foi utilizada como modelo para iniciar um projeto de educação proposto pela Secretaria Estadual de Educação (SEE – PE). O modelo passou por uma reestruturação física, a escola passou a ser referência apresentada como um símbolo de uma nova Educação no Estado de Pernambuco. É importante trazer esse exemplo do Ginásio Pernambucano, pelo que representou em se tratando as primeiras mudanças realizadas pelo governo do estado, no final da década de 90. Ou seja, as tentativas de reformular a educação em Pernambuco em uma perspectiva neoliberal o Ginásio Pernambucano serviu de laboratório.

A gestão administrativa e pedagógica foi reformulada, com a ampliação da carga horária e a forma de acesso à escola também foi modificada com seleção para docentes e estudantes. Os centros de Ensino Experimental, iniciado com o Colégio Ginásio Pernambucano e depois ampliado para mais algumas escola de Pernambuco, se apresentavam como uma escola diferenciada, focada no desenvolvimento de habilidades e nas competências dos estudantes.

A gestão tinha um papel fundamental nesse modelo de escola, buscava mostrar resultados, e apresenta esses resultados como um compromisso da gestão. Esse modelo de escola foi de forma gradativa sendo expandida, ao ponto que em 2004 foi criado o Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental – PROCENTRO. Esse programa pretende desenvolver critérios específicos e ampliar e/ou novas unidades em outras regiões do estado de Pernambuco.

Esse projeto foi visto com muita desconfiança pelas entidades representantes da categoria, pela própria categoria de Professores e Professoras e funcionários da educação do estado. Visto que, a condução do programa apresentava, entre outras coisas, o interesse do governo do estado pela privatização da educação pública. Esse projeto abria um precedente bastante perigoso.

As críticas visavam a atuação direta da iniciativa privada na gestão do modelo gerado em parceria com o ICE, desde a criação do Procentro em 2004, até a criação do Programa de Educação Integral – PEI, em 2008, quando teve fim a cooperação entre o governo estadual e o referido Instituto, ficando a cargo da Secretária Estadual de Educação – SEE-PE a coordenação geral das ações (Lima; Gomes, 2022, p. 319).

O modelo adotado em Pernambuco nos anos de 1990 e suas características de certa forma contribuíram dentro de uma perspectiva neoliberal para uma alternativa a educação pública. Freitas (2018), aponta a necessidade de realizar críticas contundentes as tentativas de privatização da educação no Brasil, criticar a reforma empresarial da educação não supõe, pelo oposto, defender que na escola pública esteja tudo bem. As autoras Lima e Gomes (2022) destacam o pioneirismo de Pernambuco em sua guinada na elaboração de um projeto neoliberal de educação.

Ademais, as EREMs, reconhecidamente fruto de parcerias público-privadas, somadas às suas características principais, quais sejam, ampliação da carga horária e flexibilidade do currículo, resultaram numa espécie de projeto-piloto que foi, posteriormente, incorporado pela equipe do então ministro da educação, Mendonça Filho (DEM), e tomado por base para a atual reforma do Ensino Médio, em vigor desde 2017. (Lima; Gomes, 2022, p. 320).

A educação pública é um tema importante, bastante complexo e desperta o interesse de vários segmentos da sociedade. Existem muitos fatores que podem influenciar a qualidade da educação em escolas públicas. Todavia, reconhecer que existem alternativas a serem construídas para melhorá-las. Assumir que melhorar a escola pública é diferente de querer destruí-las como fez na prática, a reforma empresarial. (Freitas, 2018, p. 132).

É fundamental analisar todos os aspectos envolvidos na elaboração do processo do currículo de Pernambuco e sua implementação. O Currículo do Ensino Médio foi aprovado por meio do Parecer nº 07/2021, em 10/02/2021 aprovado pelo Conselho Estadual de Educação – PE. Alguns aspectos nortearam a proposta do Currículo de Pernambuco.

Dentre os princípios basilares na construção da proposta pernambucana, o documento destaca o projeto de vida dos/as estudantes e o percurso profissional dos/as professores/as como elementos centrais para a elaboração dos itinerários formativos que compõem a parte flexível do currículo (Lima; Gomes, 2022, p. 320).

Entretanto, no que se refere à Formação Geral Básica, apenas as disciplinas de Língua Inglesa, Língua Portuguesa e Matemática são obrigatórias nos três anos do Novo Ensino Médio (NEM). As demais disciplinas sofreram alterações na distribuição de sua respectiva carga horária anual, contraditoriamente, com a dilatação das jornadas escolares, o currículo busca oferecer uma formação mais abrangente e diversificada.

Essa “abrangência” é justamente a parte “flexível” elaborada pelas Unidades da Federação que são os Itinerários Formativos.

Em Pernambuco, os aprofundamentos ficaram a cargo das “Trilhas”, ou seja, cada estudante de acordo com seus desejos, optam por seguir a sua respectiva trilha no intuito de aprofundar seus conhecimentos. Porém, nesta proposta alimentada no currículo pelas escolhas, aparece uma limitação, as escolas não proporcionam todas as Trilhas. A escola realiza uma escolha das propostas oferecidas pela SEE – PE, tendo como parâmetro o perfil do público da escola.

É necessário apontar que em vários aspectos defendidos por uma narrativa de “mudança” depara-se com as limitações estruturais em vários aspectos da realidade educacional do Estado de Pernambuco. Alguns autores alertam para a utilização dessa narrativa.

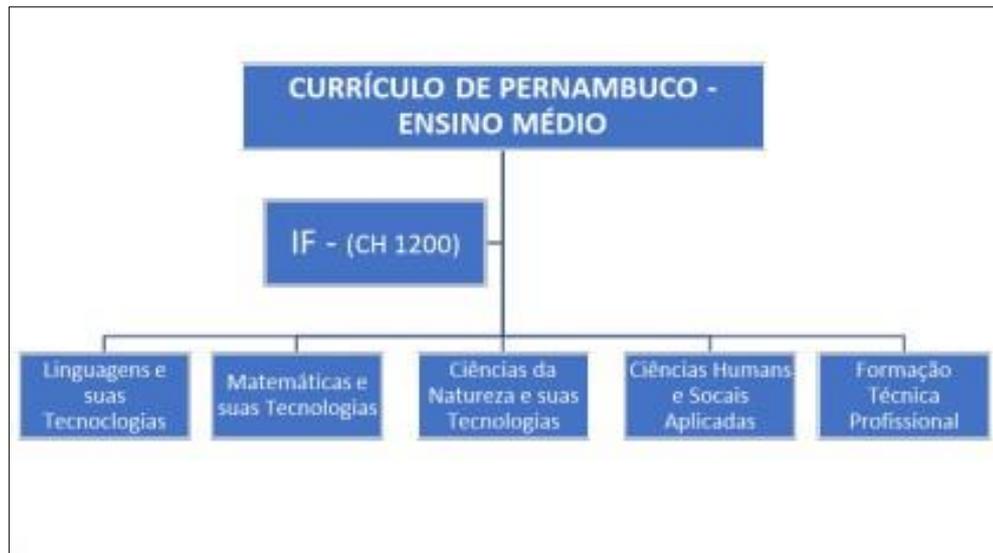
Nora Krawczyk e João Ferretti (2017) alertam sobre o termo flexibilização, utilizado de forma tentadora, remetendo à ideia de autonomia, liberdade de escolha, espaço de criatividade e inovação, mas podendo representar, em certo nível, desregulamentação, instabilidade, precarização e exacerbação dos processos de exclusão e desigualdade social (Lima; Gomes, 2022, p. 324).

De acordo com o Currículo de Pernambuco, são estabelecidos quatro Itinerários Formativos (IF's), conforme as respectivas áreas de conhecimento, mais um de Formação Técnica Profissional, totalizando cinco. Na figura 16 verifica-se a organização curricular com base nas áreas de conhecimento.

Os Itinerários Formativos são estruturados por um conjunto de unidades curriculares que são oferecidos por semestres. Com o objetivo promover e aprofundar as aprendizagens se distinguindo da Formação Geral Básica (FGB). Essas unidades apresentam algumas características, elas podem ser de caráter obrigatórias (para todo alunado de uma determinada Trilha), optativas (dependem da oferta de cada escola), elas podem se apresentar na forma de eletivas (são relacionadas as Trilhas escolhidas e apresentam um leque maior de possibilidades para ser trabalhado) e a Trilha de projeto de vida (obrigatório nos três anos).

No Currículo de Pernambuco, temos a oferta dos quatros Itinerários Formativos e, a partir desses IF's foram elaborados 14 Trilhas Formativas. Sendo 08 (oito) Trilhas específicas, sendo essas com uma abordagem de conteúdos determinado pela área do

Figura 16 – Organização Curricular de Pernambuco



Fonte: Revista Retratos da Escola (2022) (Brasília, v. 16, n. 35, p. 324, mai./ago. 2022).

conhecimento; e 06 (seis) Trilhas Formativas que são o resultado da junção entre conteúdos e habilidades de duas áreas do conhecimento. A organização curricular das Trilhas Formativas integradas por área de conhecimento está ilustrada na figura 17.

Figura 17 – Trilhas Formativas Integradas por Área de Conhecimento



Fonte: Revista Retratos da Escola (2022) (Brasília, v. 16, n. 35, p. 326, mai./ago. 2022).

As Trilhas de Aprofundamento são proporcionadas, exclusivamente, a partir do 2º ano do Ensino Médio, porém, podem ser iniciadas a partir do 1º ano em forma de

eletivas. A responsabilidade da escolha dos IF's é da escola, que para isso são levadas algumas considerações.

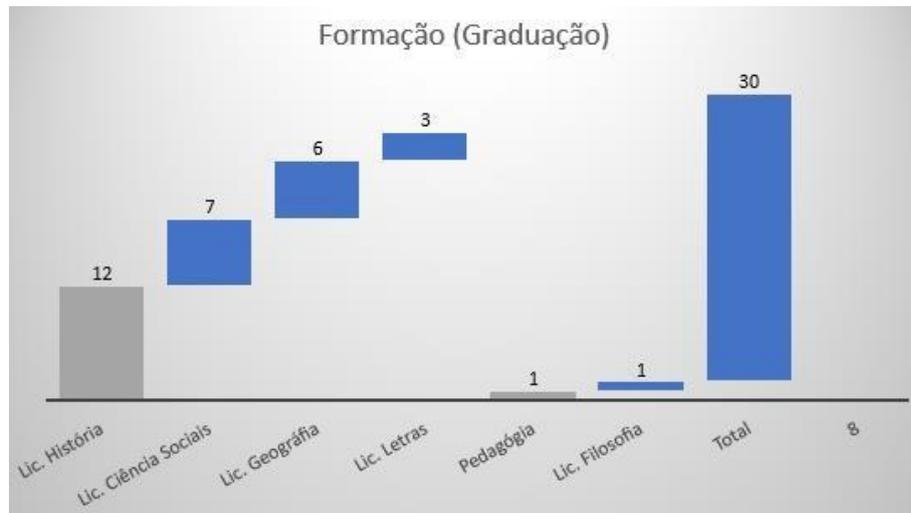
O marco regulatório do NEM determina que os sistemas de ensino ofertem os IFs conforme suas reais condições. Desse modo, em Pernambuco, dois processos de escolha se apresentam: o primeiro por parte da escola, que, no 'cardápio' de IFs e Trilhas elencadas no documento curricular, selecionará os percursos (ao menos dois IFs) que melhor se adequem a sua realidade concreta (estrutura física, equipamentos e espaços pedagógicos, corpo docente etc). Dessa seleção, inicia-se o segundo processo de escolha, agora dos/as estudantes, que deverão, ainda no ato da matrícula, indicar o percurso formativo mais próximo de suas aptidões e interesses. Ressaltamos que o anexo do Currículo de Pernambuco resultou no Portfólio dos Itinerários Formativos de Áreas de Conhecimento, documento que reúne a descrição detalhada das Trilhas Formativas, apresentando: o perfil do/a egresso/a de cada Trilha, os cursos superiores relacionados ao perfil do/a egresso/a da Trilha, as unidades curriculares distribuídas por ano, o perfil de professores/as requerido para determinada Trilha e os eixos estruturantes. De maneira geral, esse portfólio serviu de subsídio durante o processo de escolha do IFs e, conseqüentemente, das Trilhas, tanto para as escolas como para os/as estudantes social (Lima; Gomes, 2022, p. 327).

A partir de todo contexto exposto, buscou-se entrevistar via rede social (*WhatsApp*), Professores e Professoras do estado de Pernambuco. Um formulário semiestruturado foi elaborado com o intuito de conhecer um pouco mais da realidade da Professora ou Professor que ministra as aulas de Sociologia em Pernambuco. A partir desse mapeamento e com essas respostas, algumas informações foram destacadas e analisadas.

A realização dessa análise é fundamental para garantir a qualidade do trabalho realizado. O formulário elaborado foi dividido em três blocos de perguntas:

- 1 – A formação do docente;
- 2 – A vida profissional; e,
- 3 – Os conhecimentos e sua participação na elaboração dos Itinerários Formativos de Pernambuco.

A entrevista foi iniciada buscando informações sobre o processo de formação do indivíduo (graduação). Num total de 30 (trinta) entrevistados, 12 (doze) doze entrevistados são formados em Licenciatura em História, 7 (sete) sete são formados em Licenciatura em Ciências Sociais, 6 (seis) em Licenciatura em Geografia, 1 (um) em Pedagogia e 1(um) em Licenciatura em Filosofia (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Formação dos entrevistados

Fonte: O autor (2023).

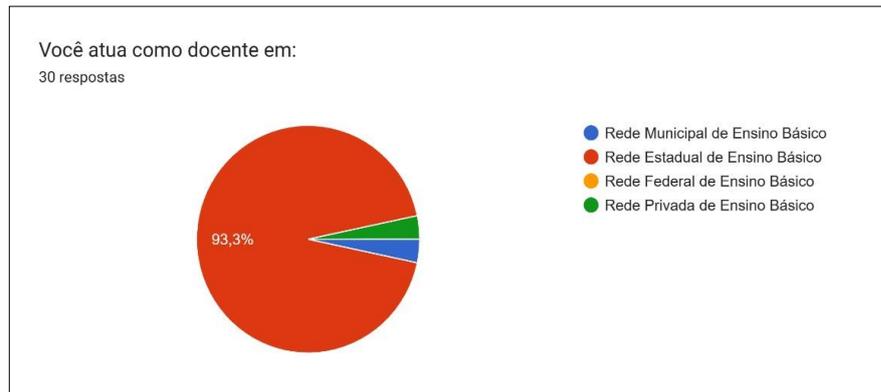
A pergunta seguinte foi sobre quem possuía Pós-Graduação e em que área se especializou. Apenas 10% das 30 (trinta) respostas obtidas não deram continuidade em um curso de Especialização. Os outros 90% dos entrevistados fizeram ou estão em fase de finalização de um curso de Pós – Graduação, seja ele Especialização ou Mestrado.

No bloco referente a trajetória de vida profissional dos Professores e Professoras entrevistados, foi perguntado em qual rede de ensino participavam: municipal, estadual, federal ou privada. Para os que responderam que atuavam na rede estadual foi perguntado qual era o seu vínculo empregatício, se efetivo ou contratado temporariamente.

Mais de 90% dos entrevistados fazem parte ou têm algum vínculo com a rede estadual de ensino (Gráfico 2). Essa informação é importante, devido ao alto índice de Professores(as) com minicontratos em Pernambuco.

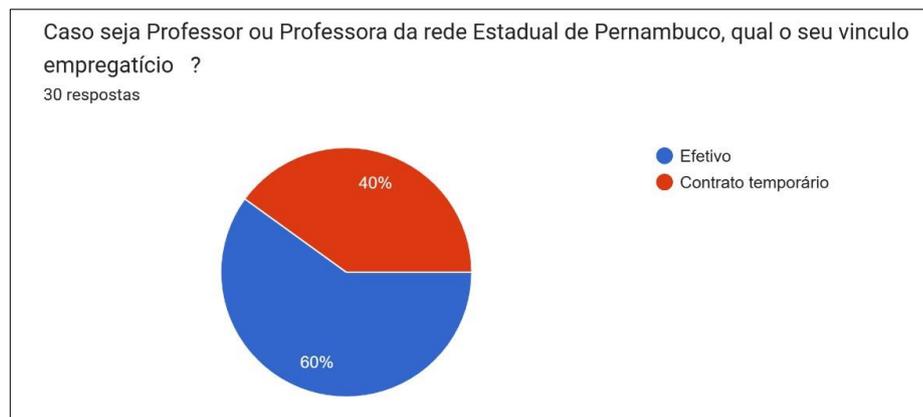
Entre os entrevistados que têm vínculo com a SEE/PE, 60% são Professores e Professoras com vínculo efetivo, os outros 40% apresentam vínculo de minicontratos (Gráfico 3). Esse é um dado bastante interessante, pois essa informação dimensiona o acelerado processo de precarização da categoria. Não são raras as denúncias de assédio moral, todavia, em se tratando da relação dos minicontratos com suas respectivas gestões, esses exemplos ficam mais escandalosos. E isso pode ocorrer de forma sutil, simplesmente, devolvendo o Professor ou a Professora por não atender o “perfil” da escola.

Gráfico 2 – Redes de Ensino em que os entrevistados atuam



Fonte: O autor (2023).

Gráfico 3 – Tipo de vínculo empregatício dos entrevistados na Rede Estadual de Ensino de PE

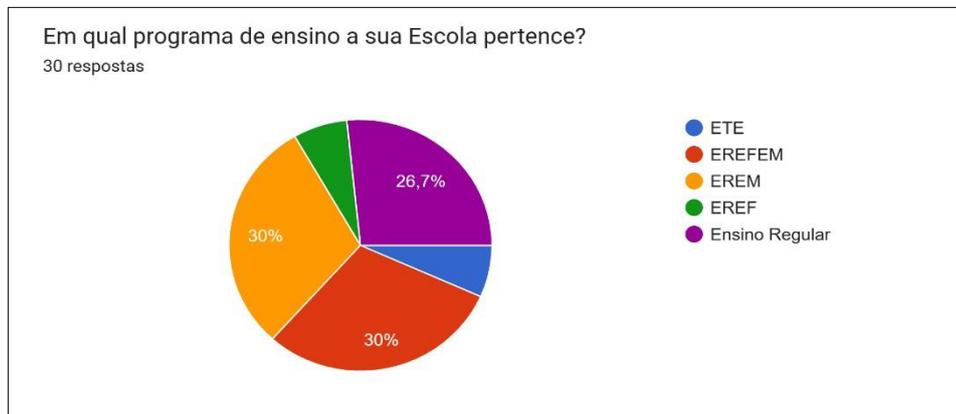


Fonte: O autor (2023).

Na sequência, foi perguntado aos entrevistados em qual programa de ensino sua escola estava inserida. Vamos destacar aqui as mais citadas entre os entrevistados. As escolas do programa de Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) e Escolas de Referência em Ensino Fundamental e Ensino Médio (EREFEM) apareceram com 30% cada programa, já as escolas de Ensino Regular tiveram 26% das respostas (Gráfico 4).

As Escolas Técnicas Estaduais (ETE) apareceram em menos dos 4% das respostas. As ETE's apresentam características distintas em relação aos outros programas, primeiramente, como essas escolas são consideradas modelos para o estado e são apresentadas como vitrine de uma educação de "qualidade", as verbas destinadas são generosas, tendo um olhar diferenciado da SEE/PE. Uma outra característica é a sua infraestrutura, elas apresentam uma estrutura mais moderna.

Gráfico 4 – Programas das escolas em que os entrevistados atuam estão inseridos



Fonte: O autor (2023).

Os programas das EREFEM não aparentam ter a mesma atenção das ETE's. Em sua maioria, elas se tornaram de "Referência" a partir de uma "canetada", ou seja, escolas que até um tempo atrás eram escolas regulares, com estrutura de escolas regulares e de um dia para o outro se tornaram de "Referência". Com os EREM e EREF não foi diferente, o que mudaram mesmo foram apenas as nomenclaturas, suas respectivas siglas. E, por último, as Escolas Regulares, essas unidades em sua maioria vêm se transformando em escolas de Referências.

Porém, o fechamento das Escolas Regulares denuncia uma prática de cunho autoritário da SEE/PE, a extinção do turno da noite. A modalidade do Ensino para Jovens e Adultos (EJA) que atende um perfil específico de estudante, geralmente, alunos fora de faixa e alunos que trabalham durante o dia e estudam no turno da noite. Obrigar esses estudantes a frequentarem uma escola de tempo integral sem dar as condições mínimas de subsistência, caracteriza uma forma sorrateira de exclusão.

E, finalizando o bloco correspondente a vida profissional dos Professores, foi perguntado que tinha ministrado nos últimos 3 (três) anos a disciplina de Sociologia. De um total de 30 respostas, 80% ministraram a disciplina de Sociologia nos três últimos anos (Gráfico 5). Esses Professores estão vivenciando na prática essas mudanças. Esses números são importantes para as próximas perguntas da entrevista.

A última parte de perguntas corresponde a participação dos Professores e seu conhecimento sobre os Itinerários Formativos (IF's). As perguntas realizadas foram: *Para você, Professor ou Professora, o que significa Itinerário Formativo?* As respostas foram bem amplas, algumas até observam algo de positivo nos IF's, porém, em sua maioria os esses itinerários são rechaçados pelos Professores.

Gráfico 5 – Respostas dos entrevistados que ministraram a disciplina de Sociologia nos últimos três anos



Fonte: O autor (2023).

As respostas dos entrevistados serão apresentadas em dois blocos distintos. A primeira parte terá as respostas que apresentam uma perspectiva aparentemente positiva com as mudanças proporcionadas pelas reformas (Quadro 3) e o segundo bloco, com as respostas que tomam um teor mais crítico a elaboração dos Itinerários Formativos (Quadro 4). Os entrevistados terão nomes fictícios.

Quadro 3 – Bloco 1 com respostas aparentemente positivas sobre os Itinerários Formativos

BLOCO 1
<i>“Uma tentativa de renovação da Educação Básica na reforma do Ensino Médios” (Professor X)</i>
<i>“Faz parte da nova reforma do Ensino Médio” (Professora XZ)</i>
<i>“Formas de ampliar o conhecimento dos estudantes” (Professor XYZ)</i>
<i>“Uma espécie de “cardápio”, onde os estudantes podem escolher quais disciplinas, projetos ou eletivas desejam cursar” (Professora YZ)</i>
<i>“Permite que os estudantes aprofundem os conteúdos de acordo com a área de sua preferência” (Professora Y)</i>

Fonte: O autor (2023).

As respostas coletadas, de certa forma, apresentaram um misto de “sentimentos” proporcionado pela Reforma do Ensino Médio e, mais específico, com a elaboração dos Itinerários Formativos em seus respectivos estados. A metodologia de

**Quadro 4 – Bloco 2 com respostas mais críticas à elaboração dos Itinerários
Formativos**

BLOCO 2
<i>“Os Itinerários Formativos significa uma desarticulação com as disciplinas propedêuticas necessárias para se ter uma base mais eficiente e em conexão com outras especificidades no cotidiano da atuação cidadã. Isto é, Itinerários Formativos não conseguem suprir as necessidades e a importância das disciplinas base na formação escolar do Ensino Médio”.</i> (Professor A)
<i>“Desnecessário! Foram criadas sem nenhum planejamento e ocuparam o lugar das disciplinas que tinham suas reais funcionalidades”</i> (Professora AB)
<i>“A depender das disciplinas, os Itinerários Formativos podem significar uma tragédia na formação educacional dos estudantes do Ensino Médio brasileiro. Esses jovens terão uma lacuna educacional profunda e que irá segregá-los dos estudantes das redes privadas ainda mais. Na verdade, do meu ponto de vista, jamais deveria ter acontecido isso. Pois, as escolas privadas até possuem os Itinerários, entretanto, não deixam de trabalhar com as disciplinas fundamentais e que são cobradas no Enem.”</i> (Professora ABC)
<i>“Uma das ferramentas para deixar o ensino cada vez mais tecnicista.”</i> (Professor CBA)
<i>“Pontos de intersecção de conhecimentos entre todas as áreas, porém, desorganizados.”</i> (Professora BCA)

Fonte: O autor (2023).

dois blocos aparentemente distintos proporcionou um olhar mais amplo dos reflexos dos IF's e a participação dos Professores neste processo.

Em se tratando do primeiro bloco (ver Quadro 3), foram destacadas cinco respostas, as que seguiam na mesma linha de raciocínio, não distinguem dos exemplos apresentados aqui. Sem afirmar de forma categórica que se trata de uma defesa do Itinerário Formativo, mas uma certa expectativa que essas mudanças tragam algo que se assemelhe a uma certa “mudança” na educação. As respostas ficam vagas, não apresentam algo sólido. As respostas apresentam muito do que foi divulgado pelo governo nas redes sociais “Que o Novo Ensino Médio é moderno”.

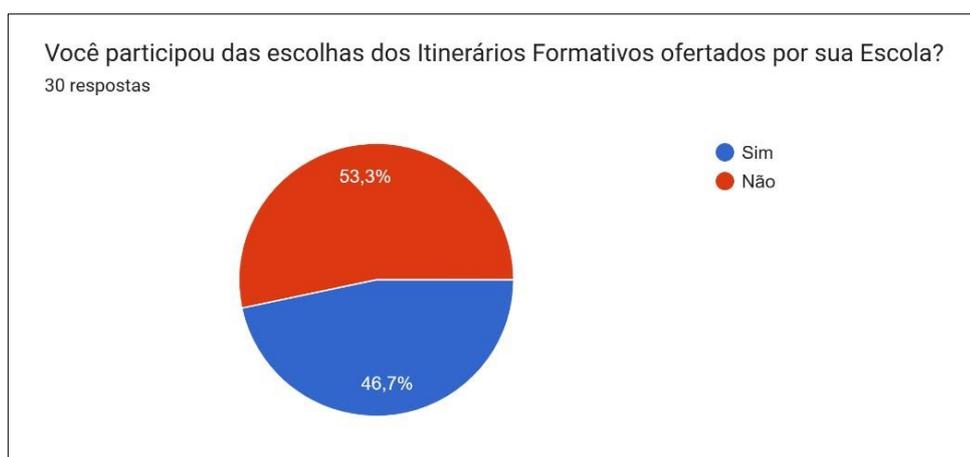
As respostas selecionadas para compor o segundo bloco por aproximação de ideias quanto ao tema estudado, apresenta respostas de cunho mais crítico, trazendo mais elementos para justificar com propriedade as incorreções dos Itinerários Formativos (ver Quadro 4). As respostas mais elaboradas são o reflexo dos diversos debates e aprofundamentos formulados por várias instituições que representam suas

categorias. Esse aspecto é muito importante, pois esses eventos fornecem as condições para a/os docentes refletirem sobre as mudanças e os possíveis impactos na sociedade. Essas formações são fundamentais para a manutenção de uma vanguarda em defesa da educação.

Na segunda pergunta da última parte da entrevista, buscou-se saber sobre a participação da/os Professores nas escolhas dos Itinerários Formativos para suas respectivas escolas. As respostas apresentaram um dado importante para a pesquisa, revelando que mais da metade dos entrevistados não participaram ou não tiveram a oportunidade de participar dessas escolhas dos Itinerários Formativos das escolas onde trabalham (Gráfico 6). Um dos fatores para esse resultado pode ser explicado pelo grande número de Professores com o vínculo de minicontrato, isso porque o contratado tem uma rotatividade maior entre as escolas.

Ainda sobre a participação da/os Professores nas escolhas dos IF's de suas unidades escolares, buscou-se saber como foi essa participação (Quadro 5). As 05 (cinco) respostas representam e apresentam um panorama do que foi esse processo desde a formulação até as escolhas dos Itinerários Formativos e sua chegada nas respectivas escolas. Pelas respostas coletadas nos formulários, fica a impressão de que houve pouco diálogo com os responsáveis para pôr em prática os IF's.

Gráfico 6 – Número de entrevistados que participaram das escolhas dos Itinerários Formativos nas escolas que atuam



Fonte: O autor (2023).

Aproveitando essa pergunta, procurou-se saber dos entrevistados, quais eram os Itinerários Formativos de suas respectivas escolas. A partir das respostas obtidas foram apresentados os mais trabalhados entre os Professores entrevistados (Gráfico

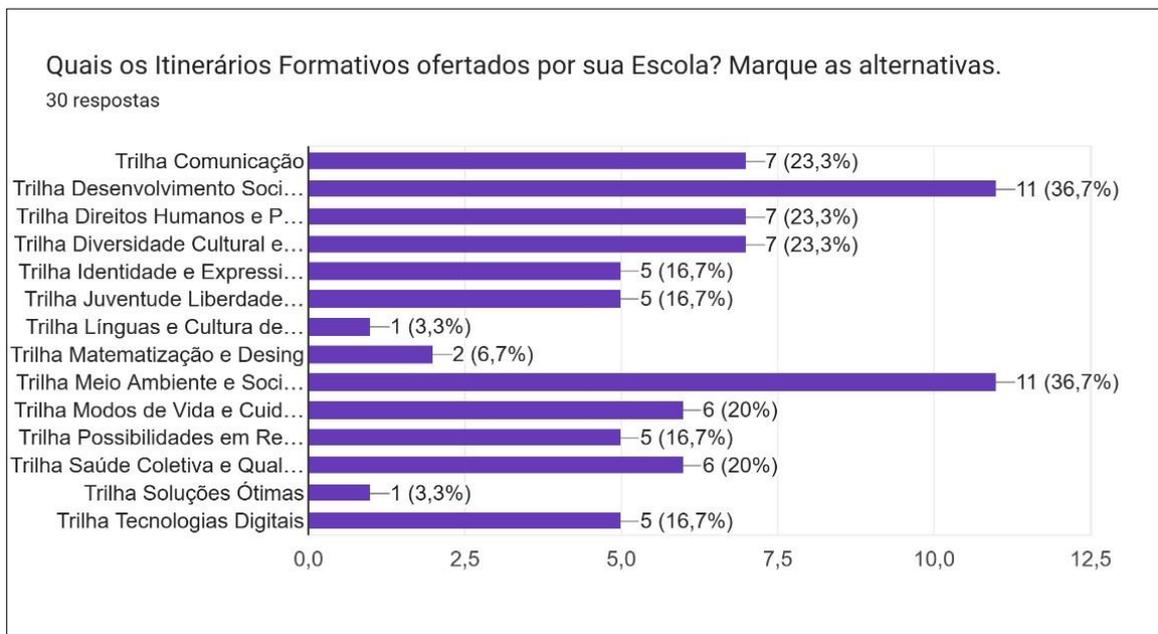
Quadro 5 – Respostas sobre a participação dos entrevistados nas escolhas dos Itinerários Formativos nas escolas que atuam

<i>“Ouvinte” (Professor X)</i>
<i>“Apenas recebi as informações de que a escola trabalharia dois tipos de Itinerários Formativos: um voltado para Humanas e outro para as Ciências da Natureza.” (Professor XY)</i>
<i>“A mais discreta possível, pois não concordo em nada com esse NEM.” (Professora Z)</i>
<i>“Foi uma participação deficitária e, sem um debate aprofundado.” (Professora XZ)</i>
<i>“A escolha foi feita a partir da disponibilidade do quadro de Professores que a escola tem. Foram escolhidas as trilhas que melhor atende às disciplinas de cada profissional.” (Professor ZY)</i>

Fonte: O autor (2023).

7). Segundo a própria SEE/PE, para a escolha dos IF's são levadas em consideração algumas especificidades da escola.

Gráfico 7 – Itinerários Formativos mais trabalhados nas escolas dos entrevistados



Fonte: O autor (2023).

Aproveitando essa pergunta, procurou-se saber dos entrevistados, quais eram os Itinerários Formativos de suas respectivas escolas. A partir das respostas obtidas foram apresentados os mais trabalhados entre os Professores entrevistados (ver

Gráfico 7). Segundo a própria SEE/PE, para a escolha dos IF's são levadas em consideração algumas especificidades da escola.

O Currículo de Pernambuco elaborou 14 (quatorze) propostas, sendo 06 (seis) de cunho específico, de acordo com as áreas dos conhecimentos e 08 (oito) IF's que apresentam características integradas, ou seja, mesclando duas áreas.

Na Pergunta elaborada no *Google Forms*, era possível marcar mais de uma alternativa, isso porque as escolas oferecem mais de um IF's e mais de uma Trilha por unidade escolar. Portanto, procuramos evidenciar as Trilhas mais comuns entre as escolas, e destacar as que se apresentam na área das Ciências Humanas Sociais e Aplicadas, sendo as específicas ou integradas.

Entre as mais escolhidas, encontra-se a *Trilha Desenvolvimento Social e Sustentabilidade* (ver Gráfico 7), de acordo com os formulários, das trintas respostas, ela se encontra presente em 11 escolas. É uma Trilha que apresenta características bem distintas e abre um leque de oportunidade para se trabalhar com os estudantes. Todavia, abordar temas relacionados a Sociologia, vai depender muito do profissional. Por isso, é fundamental que os Professores e Professoras das áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas sejam profissionais da área e atuem em suas respectivas áreas do conhecimento.

Em seguida, a *Trilha de Direitos Humanos e Participação Social*, aparece em menor proporção, mas, bem destacada (ver Gráfico 7). Este tema é bastante sensível se for levado em consideração onde as escolas estaduais estão inseridas. É importante pontuar que essa trilha é específica das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Levando em consideração essas duas Trilhas, perguntou-se aos Professores se eles foram contemplados com a Sociologia nos Itinerários Formativos. Mais de 50% dos Professores de Sociologia não se sentem contemplados com a disciplina de Sociologia nos Itinerários Formativos. Esse é um número bem expressivo e que pode apontar algumas deficiências na área do Ensino de Sociologia e como esse processo se dará em sala de aula (Gráfico 8). Sendo assim, em seguida foi perguntado aos entrevistados se os IF's apresentam pontos positivos e pontos negativos (Quadro 6).

No cenário atual, com o retorno do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, trazendo uma proposta mais progressista de governo, somado a isso, a força das mobilizações e pressões dos movimentos sociais a pauta do Novo Ensino Médio (NEM) encontra-se na ordem do dia.

Gráfico 8 – Número de entrevistados que foram contemplados com a Disciplina de Sociologia



Fonte: O autor (2023).

Quadro 6 – Respostas dos entrevistados sobre os pontos positivos e negativos dos Itinerários Formativos

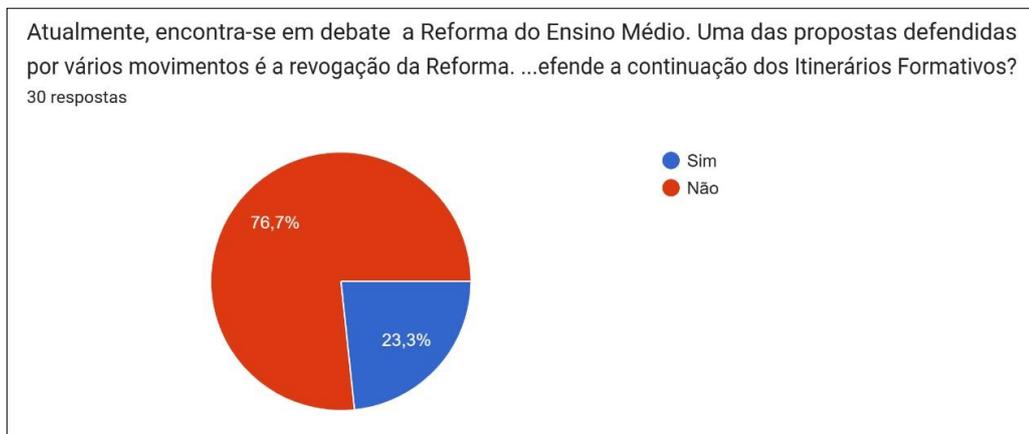
Pontos Positivos	Pontos Negativos
<i>“A interdisciplinaridade, ampliação de visão de mundo.” (Professora AB)</i>	<i>“Os conteúdos estão dispersos, sem foco e não consigo perceber uma ligação com as necessidades da vida cotidiana.” (Professor XXY)</i>
<i>“As eletivas como forma de intervenção” (Professor XA)</i>	<i>“Diminuir a quantidade de aulas de Humanas.” Professor XYY)</i>
<i>“A discussão de temas transversais.” (Professor YAX)</i>	<i>“Falta de formação docente, fragmentação excessiva dos conteúdos, ausência de material norteador para os Itinerários Formativos de todas as áreas.”(Professora YYX)</i>

Fonte: O autor (2023).

Sendo assim, foi perguntado aos entrevistados, caso a Reforma do Ensino Médio seja revogada, se eles seriam a favor da continuação dos Itinerários Formativos. As respostas foram de quase 77% contra a continuidade dos atuais IF's (Gráfico 9).

As respostas em geral, justificam essa discrepância que ilustra o gráfico 9. Além disso, outros argumentos que apresentam as debilidades de um projeto que não apresenta solidez entre a comunidade escolar e muito menos atende a realidade da educação brasileira, em especial a educação Pernambucana.

Gráfico 9 – Respostas dos entrevistados sobre a continuação dos IF'S caso a Reforma do Ensino Médio seja revogada



Fonte: O autor (2023).

A Reforma do Ensino Médio foi pensada a partir de uma perspectiva da agenda Neoliberal. A luta pela sua revogação garante que os discentes não se tornem sujeitos com conhecimentos superficiais. Por isso, a importância da(s) disciplina(s) e a não permanência dos Itinerários Formativos. As informações apresentadas aqui apontam algumas fragilidades do processo, é importante ressaltar as limitações do trabalho realizado, porém, buscou-se contribuir com o debate e alertar para necessidade de uma Reforma como esta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim de todo o levantamento teórico, informações e pesquisas realizadas é fundamental realizar pesquisas e ressaltar a importância de se estudar o campo da Sociologia da Educação. Os processos de desigualdade social que se observam enquanto decorrência das diferenças entre os sujeitos que vivenciam em uma dada sociedade de pluralidade podem ser melhor desenvolvidos em articulação com a sociologia em pauta de conhecimento e de estudos em formação pedagógica dos sujeitos.

Nesse sentido, longe de se admitir uma sobreposição dos estudos sociais aos processos de formação voltados para o mercado de trabalho (conforme alguns discursos no cenário político e social brasileiro atual declaram e fomentam perpassados pela institucionalização do funcionamento da máquina pública), a Sociologia pode contribuir para o fortalecimento de assunção do pensamento crítico como uma produção sustentável e consubstanciada pela pertinência no contexto de “progresso” brasileiro, ao mesmo tempo em que se coloca enquanto um processo de questionamento, de reivindicação e de reelaboração desse mesmo conceito de progresso.

De acordo com esse cenário, se faz necessário pesquisar as redes de interesses e os impactos desse novo currículo de Sociologia mobilizado pela BNCC no desenvolvimento da prática docente. O papel da comunidade escolar, formada pela tríade aluno – escola – currículo, se torna contundente para pensar aspectos de observância de como o cenário social, político e pedagógico é conformado com as necessidades de um novo tempo que, da mesma forma que se coloca enquanto urgente, também provoca temores no que diz respeito a retirada de condições de valorização tanto para profissionais da educação, em específico para professores, quanto para estudantes, enquanto sujeitos que participam ativamente e de modo direto na construção do conhecimento e do saber.

Sendo assim, a comunidade escolar contribui como fonte para a provocação de reflexões em torno do papel social da escola, da função sociocultural do professor, e de como a disciplina de Sociologia se coaduna com as insurgências demandadas pela atual realidade no espaço pedagógico e escolar.

É possível dizer que, desde que a BNCC foi promulgada, existe um debate travado por Professora/es de Sociologia em torno do entendimento de que a forma

estabelecida pela BNCC possibilita a descaracterização de teorias, conceitos e métodos da disciplina de Sociologia, e que as causas dessa descaracterização podem trazer danos na formação intelectual do alunado.

A luta pela inclusão da disciplina de Sociologia nos currículos escolares, a qual, em última análise, é uma luta pelo reconhecimento de um determinado campo do conhecimento, bem como uma forma de afirmar-se no campo educacional, tem um importante papel na identificação das determinações sociais, políticas e culturais que condicionam a definição da Sociologia, tanto no plano social mais amplo como no âmbito do próprio espaço escolar, identificando os conflitos a eles inerentes e possibilitando, por isso, a construção de um espaço mais democrático na construção das práticas educacionais.

Nesse sentido, é possível dizer que, em um contexto de configuração social e política, os direitos e deveres se observam de forma sobreposta ao caráter da democracia, cenário em que os direitos estão relegados em segundo plano em detrimento de deveres. Por exemplo, a Sociologia pode conduzir reflexões interessantes para pensar os processos de identificação dos sujeitos com os campos de configuração cultural, os quais assimilam a história de constituição do país enquanto comunidade nacional, bem como a história de si mesmo enquanto sujeitos que pertencem a grupos culturais específicos em comunidades pertencentes ao cenário brasileiro.

Porém, neste trabalho são citadas algumas questões relacionadas a crise do profissionalismo e, nessa questão, é indicado como primeiro aspecto a crise da perícia profissional. E essa crise é provocada justamente pelo distanciamento das técnicas utilizadas para avaliar questões concretas de forma mais ambígua. E nesse aspecto o autor Maurice Tardif, vai mais além, ele aponta a questão que uma crise provocada pela perícia profissional pode provocar um impacto bastante significativo na formação desse profissional. Inclusive, chegando ao ponto de despertar um descrédito com as instituições formadoras. Um outro reflexo dessa crise, é a falta de confiança do público e da sociedade de maneira geral. E, um último aspecto, é a crise da ética profissional que é agravada nas ciências cujo o objeto de estudos são os seres humanos, essas profissões perderam espaço e prestígio na sociedade de maneira geral.

No que se refere a formação do professor, os primeiros contatos com o chão da escola são fundamentais, pois é nesse momento que se tem a verdadeira compreensão do universo da Educação. Uma observação interessante, é tomar consciência de como

vários mundos cabem em uma única sala, a sala de aula. E como a dinâmica desse espaço é acelerada em um curto espaço de tempo, considerando o tempo de uma aula, 50 minutos. É nesse momento que a habilidade do Profissional é de suma importância, é importante apontar aqui a falta de estrutura e incentivo que é bastante comum no cotidiano do professorado brasileiro, todavia, desenvolver e aplicar métodos baseados nas experiências cotidianas podem surtir efeitos mais imediatos.

Com isso, na edificação do *ethos* do profissional e/ou professor de Sociologia, o autor Peter L. Berger, em seu livro *Perspectivas Sociológicas*, destaca algumas curiosidades que é característico do indivíduo que pretende seguir a carreira de sociólogo. Entretanto, o desejo de trabalhar com pessoas e a curiosidade, tais características ou inquietações podem ser uma importante predisposição para quem pretende se aventurar ou se profissionalizar como Professor.

Considerando todo o exposto acima, a realização desta pesquisa busca compreender e identificar as possíveis arestas deixadas pós-processo de efetivação da BNCC. Sendo assim, a importância de investigar como a formação específica em sociologia é pertinente para o próprio campo de conhecimento da sociologia, não apenas reverbera o pensamento em torno do que é a sociologia no que diz respeito ao seu núcleo de conhecimento, mas também qual a pauta que promove no contexto de realidade brasileira atualmente, no contexto de contemporaneidade, visto que não apenas se compreende a sociologia enquanto conhecimento que é traduzido no espaço escolar, mas também como aquele que é articulado na composição da política brasileira, acentuando, de igual maneira, a consolidação da proposição pedagógica e escolar enquanto uma prática educativa, e de ensino, que se faz a partir, para e com o currículo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. A. S. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio. **Coletiva - Política e Cidadania**. nº 21. Publicado em 30 de março 2022. Disponível em: <https://www.coletiva.org/politica-e-cidadania-n21-bncc-e-a-reformado-ensino-mediopor-marcia-angela> ISSN 2179-1287.
- AGUIAR, Márcia Ângela da S. & DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018.
- ALEPE. Assembleia Legislativa de Pernambuco. **Projeto de Lei nº 3442/2022**. Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- BALL, S. J. Política educacional global: reformas e lucro. **Revista de Estudos teóricos y epistemológicos en políticas educativas**, v.3, p. 1 – 15, 2018. Disponible en: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/retepe>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.
- BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BERNSTEIN, Basil. Estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Luís Fernando Gonçalves Pereira. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BERNSTEIN, Basil. *Pedagogy, symbolic control and identity: Theory, research, critique*. (rev. edition). Londres: Rowman & Littlefield. (1ª edition 1996, Londres: Taylor and Francis). 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BRASIL. **Lei 13.415** de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 29 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. (Introdução e Estrutura da BNCC, p. 5-34; A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 561-579).
- CARA, Daniel. Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. In: CASSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019

CARNEIRO, Silvio. Vivendo ou aprendendo... A "ideologia da aprendizagem" contra a vida escolar. In: CASSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORTI, A. P. Ensino Médio: entre a deriva e o naufrágio. In: CASSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

DOMICIANO, C.; ADRIÃO, T.. Financiamento do Novo Ensino Médio: o setor privado pega carona. **Coletiva**, Recife, n. 31 Coletiva. set.out.nov.dez. ISSN 2179-1287. 2022. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-reforma-do-ensino-medio-n31artigo-financiamento-do-novo-ensino-medio-cassia-e-theresa>. Acesso em: 13 jun. 2023.

DOURADO, L. F. Dossiê estado, educação e democracia no Brasil: Retrocessos e Resistências. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 40, 2020.

DURKHEIM, É. **A educação e a sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

FERREIRA, W.; SANTANA, D. C. A reforma do Ensino Médio e o ensino de sociologia. **Revista Perspectiva Sociologia**, Rio de Janeiro, n. 21, pp. 41-53, 1º sem. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, G. Entrevista com Gaudêncio Frigotto [Entrevista concedida a Ana Abranches, Ileizi Fiorelli e Túlio Velho Barreto. **Coletiva**, Recife, n. 31. jan.fev.mar.abr. 2022. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-reforma-doensino-medio-n31-entrevista-com-gaudencio-frigotto>. Acesso em: 16 set. 2022.

KUENZER, A. Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626es-38-139-00331.pdf>. Acesso em: 15 de maio 2023.

LIMA, M. C. S.; GOMES, J. L. Novo Ensino Médio em Pernambuco: construção do currículo a partir dos Itinerários Formativos. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 35, p. 315-336, mai./ago. 2022. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 11 de jun. 2023.

MACEDO, E. BNCC e a Reforma do Ensino Médio. **Coletiva**, Recife, n. 31 Coletiva. set.out.nov.dez. ISSN 2179-1287. 2022. Disponível em:

<https://www.coletiva.org/dossie-reforma-do-ensino-medio-n31-artigo-bncc-e-reforma-do-ensino-medio-por-elizabeth-macedo>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MAINARDES, J. Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma contribuição para análises de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MENEZES, E. T. Verbete avaliação classificatória. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/avaliacao-classificatoria/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

MEUCCI, S. **Sociologia, Filosofia e Artes nas Escolas**: precisamos de mais e não menos. 2021. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/sociologia-filosofia-e-artenas-escolas-precisamos-mais-nao-menos/>. Acesso em: 17 maio 2022.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MICHETTI, Miqueli. Entre a legitimação e a crítica: As disputas acerca da Base Nacional Comum Curricular. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 35 n. 102, 2020.

OLIVEIRA, A. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica Acta Scientiarum. **Education**, Paraná, v. 35, n. 2, pp. 179-189, julho-diciembre, 2013.

PERNAMBUCO. **Currículo de Pernambuco do Ensino Médio**. Recife, 2021.

QUINTANEIRO, T.; OLIVEIRA, M. G. M.; BARBOSA, M. L. O. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SILVA, I. F. S. BNCC, O ensino de Sociologia e a: **Dicionário do Ensino de Sociologia**. Organizadores: Antônio Alberto Brunetta, Cristiano das Neves Bodart e Marcelo Pinheiro Cigales; Prefácio de Carlos Benedito Martins. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, I. L. F.; ALVES NETO, H. F. O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia (2014 a 2018). **Rev. Espaço do Currículo** (on-line), João Pessoa, v.13, p. 262 – 284, Maio/Agosto. 2020.

SILVA, I. L. F.; ALVES NETO, H. F.; VICENTE, D. V. A Proposta da Base Nacional Comum Curricular e o debate entre 1988 e 2015. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 51, N. 3, p. 330-342, setembro/dezembro 2015.

SILVA, M. R.; ARAÚJO, R. M. L. Educação na contramão da Democracia - A reforma do Ensino Médio no Brasil. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 19, n. 39, 2021.

SILVA, M. R.; SCHEIBE, L. Reforma do Ensino Médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Retratos da Escola**. Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce) – v.11, n.20, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v11i20.769>. Acesso em: 23 nov. 2022.

SINTEPE. Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco. **Um sindicato de lutas**. SINTEPE, digital. Disponível em: <https://sintepe.org.br/historia/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA ENTREVISTA DE PROFESSORES

Perguntas Respostas 30 Configurações

A contrarreforma do Ensino Médio: A peleja do ensino de Sociologia e seus conteúdos no currículo de Pernambuco.

Esse questionário integra o trabalho de conclusão de curso de Antônio Henrique da Silva Araújo, sob orientação da Prof. Dra. Ana Abranches, no Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional na Fundação Joaquim Nabuco. Seu objetivo é consultar os docentes da disciplina de Sociologia e buscar informações sobre suas participações na implementação dos Itinerários Formativos em suas respectivas escolas. O público alvo professores da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas na Educação Básica. Os dados coletados por este questionário serão de uso exclusivo da equipe do projeto, sendo garantido o anonimato aos respondentes.

E-mail *

Texto de resposta curta

Qual sua formação na Graduação? *

Texto de resposta curta

Você fez Pós-Graduação? *

Sim

Não

Se sim. Qual Pós-Graduação você fez? *

Texto de resposta curta

Você atua como docente em: *

- Rede Municipal de Ensino Básico
- Rede Estadual de Ensino Básico
- Rede Federal de Ensino Básico
- Rede Privada de Ensino Básico

Caso seja Professor ou Professora da rede Estadual de Pernambuco, qual o seu vínculo empregatício ? *

- Efetivo
- Contrato temporário

Em qual programa de ensino a sua Escola pertence? *

- ETE
- EREFEM
- EREM
- EREF
- Ensino Regular

Você participou das escolhas dos Itinerários Formativos ofertados por sua Escola? *

Sim

Não

Como foi a sua participação? *

Texto de resposta longa

.....

Qual ou quais disciplinas você leciona na escola em que trabalha? *

Texto de resposta curta

.....

...

Você ministra ou ministrou nos últimos 3 anos a disciplina de Sociologia no Ensino Médio? *

Sim

Não

Para você, Professor ou Professora o que significa os Itinerários Formativos? *

Texto de resposta curta

.....



Quais os Itinerários Formativos ofertados por sua Escola? Marque as alternativas. *

- Trilha Comunicação
- Trilha Desenvolvimento Social e Sustentabilidade
- Trilha Direitos Humanos e Participação Social
- Trilha Diversidade Cultural e Territórios
- Trilha Identidade e Expressividade
- Trilha Juventude Liberdade e Protagonismo
- Trilha Línguas e Cultura de Mundo
- Trilha Matematização e Desing

- Trilha Meio Ambiente e Sociedade
- Trilha Modos de Vida e Cuidados de INV
- Trilha Possibilidades em Redes e Humanização dos Espaços
- Trilha Saúde Coletiva e Qualidade de Vida
- Trilha Soluções Ótimas
- Trilha Tecnologias Digitais

⋮
Enquanto Professor ou Professora de Sociologia, você se sente contemplado nos Itinerários Formativos para lecionar a disciplina de Sociologia? *

- Sim
- Não
- Não sou Professor(a) de Sociologia

Para você, quais os aspectos que podem ser destacados como positivos nos Itinerários Formativos? *

Texto de resposta longa

⋮
Para você, quais os aspectos que podem ser destacados como positivos nos Itinerários Formativos? *

Texto de resposta longa

Para você, quais os aspectos que podem ser destacados como negativos nos Itinerários Formativos? *

Texto de resposta longa

Atualmente, encontra-se em debate a Reforma do Ensino Médio. Uma das propostas defendidas por vários movimentos é a revogação da Reforma. Caso essa proposta seja vencedora, você defende a continuação dos Itinerários Formativos? *

- Sim
- Não

Justifique: *

Texto de resposta longa